



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO MODALIDADE PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - PPGE/MP

FLÁVIA ALVES DA SILVA

PARA ALÉM DO ACESSO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES
DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UnB - REALIDADE E
PERSPECTIVAS

BRASÍLIA/DF
MARÇO DE 2020

FLÁVIA ALVES DA SILVA

**PARA ALÉM DO ACESSO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES
DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UnB - REALIDADE E
PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional (PPGE/MP) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olgamir Francisco de Carvalho

**BRASÍLIA/DF
MARÇO DE 2020**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A074701 ALVES DA SILVA, FLÁVIA
65p PARA ALÉM DO ACESSO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES
PARTICIPANTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UnB - REALIDADE E PERSPECTIVAS / FLÁVIA ALVES DA
SILVA; orientador OLGAMIR FRANCISCO DE CARVALHO. --
Brasília, 2020.
102 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Educação)
-- Universidade de Brasília, 2020.

1. ENSINO SUPERIOR. 2. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. 3.
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA. 4. PERMANÊNCIA . 5.
MONITORAMENTO ACADÊMICO. I. FRANCISCO DE CARVALHO, OLGAMIR,
orient. II. Título.

FLÁVIA ALVES DA SILVA

**PARA ALÉM DO ACESSO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES
DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UnB REALIDADE E
PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional (PPGE/MP) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Olgamir de Carvalho
Presidente (Orientadora: FE/UnB)

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
(Membro Interno: FE/UnB)

Dr.^a Caetana Rezende
(Membro Externo: ENAP)

Prof. Dr. Francisco Herrera
(Suplente: FE/UnB)

Brasília-DF, março de 2020.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e as limitações.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Olgamir Francisco de Carvalho, pela leveza e pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. Aos professores que compuseram minha banca de defesa: Prof. Dr. Bernardo Kipnis (Membro Interno: FE/UnB) e a Dr.^a Caetana Rezende (Membro Externo: ENAP) por terem aceitado compartilhar dessa conquista e terem colaborado para o alcance da mesma.

Aos meus pais, pela vida e pela luta que sempre tiveram que travar para manter nossa família, mesmo em meio às grandes dificuldades que sempre enfrentamos.

A todos os meus irmão e irmãs, por toda a força, ajuda e compreensão que sempre dispenderam a mim, principalmente durante este percurso de estudo e dedicação à vida acadêmica, agradecimento especial a minha irmã Fábía e ao meu cunhado Moreno que me receberam em sua casa, ainda nos primeiros passos do mestrado e foram muito acolhedores e companheiros em um momento de muitas mudanças em minha vida.

As minhas sobrinhas lindas que sempre me alegram e transformam tudo em amor e felicidade. Elas são luz em minha vida.

Ao meu marido, Luiz Cláudio, por ser o melhor companheiro, parceiro, amigo, amante e grande incentivador. Sempre junto, me apoiando, me dando forças e me amando. Eu te amo!

A minha amiga, mana Simone Fonseca. Égua da muleka! Ela, além de me dar a mão, caminhou junto durante todo o percurso e me carregou no colo nos momentos mais difíceis desta jornada rumo ao título de mestra. A esta doutoranda, além de agradecer, declaro minha admiração por toda sua história e conquistas, fruto de muita luta e perseverança. Ela é um ser iluminado que transmite sempre boas energias para todos a sua volta. Obrigada mana!

As minhas amigas, companheiras, incentivadoras, apoiadoras, irmãs: Márcia Sant'Anna, Etiene Lima, Raquel Silva, Neide Madeiro, Jeanne Michelle, Dane, que me apoiaram desde o começo nessa caminhada. Obrigada por sempre estarem junto e me estenderem a mão, quando precisei. Obrigada pelas risadas, lágrimas e afeto que compartilhamos durante a caminhada. Obrigada a minha amiga e companheira de trabalho, a pedagoga Luana Chaves por toda colaboração e conhecimento compartilhado.

E a todos e todas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

**PARA ALÉM DO ACESSO: A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES
PARTICIPANTES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
UnB- REALIDADE E PERSPECTIVAS**

RESUMO

O presente trabalho é fruto da pesquisa intitulada “Para além do acesso: a permanência dos estudantes participantes da política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília - realidade e perspectivas” que discute os fatores que interferem na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade. A pesquisa é de base qualitativa e de estudo de caso, realizada com estudantes residentes na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB, e investiga, sob a ótica dos estudantes, os fatores que interferem em sua permanência na Universidade. Avalia ainda a importância da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para garantir com que os estudantes que chegam com nova bagagem no universo acadêmico superior tenham oportunidade de concluir com êxito seu curso. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram questionários e dinâmica de grupo por meio da Técnica de Grupo Nominal (TGN). As informações do questionário possibilitaram identificar dados pessoais e acadêmicos dos estudantes. A dinâmica ocorreu com seis jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes na CEU. A análise se deu com base na técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) e dos fundamentos teóricos de Bourdieu (2002), Zago (2006), Portes (2011 e 2019), dentre outros. Através dos relatos dos estudantes e do esforço em traduzir suas percepções sobre a permanência na Universidade, foi possível inferir que diferentes processos de exclusão ocorrem na vivência acadêmica e demandam novos e distintos desafios à permanência e diplomação em cursos superiores. Sem a pretensão de apontar soluções “acabadas” para os problemas dimensionados durante a pesquisa e a prática profissional, apresenta-se como produto técnico a proposta de programa de monitoramento acadêmico para o público específico da Assistência Estudantil na UnB, considera-se para tanto, o perfil dos demandantes aos programas, os fatores que têm interferido na permanência dos mesmos na Universidade e os motivos que os levam a necessitarem de mais tempo vinculados aos programas. Acredita-se que o referido programa atuará no sentido de prevenir as situações que geram extrapolação de tempo nos programas e na Universidade, bem como estabelecerá a ideia de atuação em rede para dar conta das situações já instaladas e que têm levado a processos de retenção e evasão.

Palavras-chave: Ensino Superior. Assistência Estudantil. Vulnerabilidade Socioeconômica. Permanência. Monitoramento Acadêmico.

ABSTRACT

The present work is the result of a research entitled “Beyond access: the permanence of students participating in the student assistance policy at the University of Brasilia - reality and perspectives” that discusses the factors that interfere with the permanence of students in situations of socioeconomic vulnerability at the University. The research is based on a qualitative basis and a case study carried out with students residing at the University Student House of UnB - CEU, and investigates, from the students' point of view, the factors interfere in their stay at the University. It also assesses the importance of implementing the National Student Assistance Program - PNAES to ensure that students who arrive with new “baggage” in the higher academic universe have the opportunity to successfully complete their course. The instruments used for data collection were questionnaires and group dynamics using the Nominal Group Technique - TGN. The questionnaire information made it possible to identify students' personal and academic data. The dynamics occurred with six young people in a situation of socioeconomic vulnerability, living in CEU. The analysis occurred based on the Content Analysis technique (Bardin, 1977) and the theoretical foundations of Bourdieu (2002), Zago (2006), Portes (2011 and 2019), among others. Through the students' reports and the effort to translate their perceptions about staying at the University, it was possible to infer that different processes of exclusion occur in the academic experience and demand new and different challenges to stay and qualify in higher education courses. Without the intention of pointing out “finished” solutions to problems dimensioned during research and professional practice, the proposal for an academic monitoring program for the specific public of student assistance at UnB is presented as a technical product. the profile of the applicants to the programs, the factors that have interfered in their permanence in the University and the reasons that lead them to need more time linked to the programs. It is believed that the referred program will act in order to prevent situations that generate extrapolation of time in the programs and at the University, as well as establish the idea of acting in a network to account for the situations already installed and that has led to processes of retention and evasion.

Keywords: University education. Student Assistance. Socioeconomic vulnerability. Permanence. Academic Monitoring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da TGN.....	46
Figura 2 - Demonstrativo do percurso da TGN.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de estudantes por campi, vinculados aos programas da Assistência Estudantil.....	60
Gráfico 2 - Solicitações de prorrogação do tempo de permanência nos Programas de Assistência Estudantil da UnB, segundo motivos, 2019	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedimentos na aplicação da TGN	49
Quadro 2 - Composição do grupo nominal	50
Quadro 3 - Perguntas e respostas resultantes da aplicação da TGN.....	54
Quadro 4 - Principais propostas da I Conferência sobre Assistência Estudantil da UnB em relação ao acompanhamento/permanência (Brasília – 2019).....	67
Quadro 5 - Síntese dos Eixos/Ações.....	74
Quadro 6 - Fluxo de Execução do Monitoramento Acadêmico 2020	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil segundo sexo, raça/etnia - valor absoluto e percentual - UnB – 2017	33
Tabela 2 - Estudantes participantes dos Programa de Assistência Estudantil segundo forma de ingresso e por cotas - valores absolutos e percentual - UnB - 2018	34
Tabela 3 - Estudantes Residentes na CEU por Sexo.	51
Tabela 4 - Número de solicitações segundo tempo máximo de permanência por campus da UnB - Valor absoluto e percentual – 2019.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BCE	Biblioteca Central da UnB
CAD	Conselho de Administração
CEU	Casa do Estudante Universitário
CGCEU	Coordenação Geral da Casa do Estudante Universitário
CGU	Controladoria Geral da União
CPD	Central de Processamento de Dados
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DASU	Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DEG	Decanato de Ensino de Graduação
DIV	Diretoria da diversidade
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FCE	Faculdade de Ceilândia
FGA	Faculdade do Gama
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUP	Faculdade de Planaltina
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPAES	Participante dos Programas de Assistência Estudantil
PPGE/MP	Programa de Pós-Graduação em Educação na Modalidade Profissional
PPI	Preto, Pardo e Indígena
PPNE	Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais
PROUNI	Programa Universidade para Todos

RIDE-DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SAE	Sistema de Assistência Estudantil
SIGRA	Sistema de Graduação
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TGN	Técnica de Grupo Nominal
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - O FENÔMENO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO.....	21
1.1. A permanência na universidade: uma questão de política pública?	23
1.2. A Assistência Estudantil: uma breve contextualização.....	27
1.2.1. A Assistência Estudantil na UnB e o perfil dos demandantes.....	32
CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DEMANDANTES.....	39
2.1. Caminho Metodológico	40
2.2. Lócus da Pesquisa e População Investigada	44
2.3. Produção e Análise dos Resultados	45
2.3.1. Técnica de Grupo Nominal	45
2.4.2. Análise dos Formulários de Solicitação	59
CAPÍTULO 3 - PRODUTO TÉCNICO: MONITORAMENTO ACADÊMICO – UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	65
3.1. Caminhos e Contexto do Produto Técnico.....	66
3.2. Produto Técnico: muito além de uma demanda acadêmica, uma necessidade para garantia da permanência e diplomação	68
3.2.1. Formação de Rede Interna de Monitoramento Acadêmico para articulação entre Coordenações de cursos, DEG e DASU	71
3.2.1.1. Etapas do processo de articulação da Rede	71
3.2.2. Estruturação de Dados e Fluxo de Informações	72
3.2.3. Atendimento aos Estudantes	73
3.3. Ações por Eixo.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICE 1.....	88
APÊNDICE 2.....	89
APÊNDICE 3.....	90
APÊNDICE 4.....	91
APÊNDICE 5.....	92
ANEXO 1.....	96
ANEXO 2.....	99

INTRODUÇÃO

Abordar a questão da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades perpassa por um estudo da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A referida política surge num contexto de democratização do ensino superior e de inclusão de um novo perfil de estudante no mundo universitário, perfil este de estudantes pobres que, até então, ficavam à margem do ensino superior público.

O presente trabalho ao problematizar a questão da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade de Brasília (UnB), apresenta como proposição a elaboração de estratégias de monitoramento acadêmico, por acreditar que tais estratégias podem se constituir em um dos elementos chave na garantia da permanência e na minimização dos índices de retenção e evasão.

Compreende-se que a permanência e, por conseguinte, a diplomação, necessita ser garantida de forma mais igualitária, democrática e com qualidade. Neste sentido, a temática tem a perspectiva de contribuir para a diminuição dos casos de evasão e retenção e melhorar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Destarte, com a proposição de ações de intervenção, em especial, o monitoramento acadêmico, busca-se contribuir com o suporte necessário para que os estudantes demandantes de uma política integral de Assistência Estudantil consigam ter condições mais igualitárias de permanência e possam avançar na direção da diplomação.

Entende-se ainda, para fins deste estudo, que, ao se referir à permanência, pontua-se a necessidade de considerar a complexidade de fatores que interferem no processo de aprendizagem e as diferenças a que estão sujeitos os educandos. Nesse sentido, existem princípios com base nos quais o ensino deve ser ministrado, dentre eles a Constituição aponta a “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola” (BRASIL, 1988, Art. 206).

Segundo Bourdieu (2003), a permanência na educação superior pressupõe condições preexistentes, em especial, a que intitula de capital cultural que é adquirido ao longo da trajetória de vida e que não se obtém de um momento para outro. Assim, as possibilidades de ingressar na educação superior é fruto do resultado de uma seleção que se exerce em toda essa trajetória e que varia de acordo com a origem social de cada sujeito. Por isso, a importância da existência de políticas públicas que viabilizem condições de equidade para que os estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possam permanecer e concluir a graduação de forma mais igualitária e democrática.

Cabe destacar que a presente pesquisa se propõe a conhecer mais de perto os fatores que interferem na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade e põem em risco sua formação acadêmica. Objetiva-se ainda compreender a percepção dos estudantes quanto à efetividade da política de Assistência Estudantil, partindo do pressuposto que é necessário conhecer e (re) conhecer a realidade posta, para então sugerir mudanças ou contribuir com a construção de uma nova realidade, que neste caso seria a proposição de estratégias para o monitoramento acadêmico.

O resultado almejado com esta pesquisa é um produto técnico, uma proposta concreta para o referido monitoramento acadêmico, capaz de contribuir com a permanência, em condições mais igualitárias dos estudantes supracitados e que pertencem a uma parcela historicamente excluída das oportunidades sociais e culturais.

O interesse pelo tema escolhido surgiu da necessidade - enquanto Pedagoga lotada na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), que compõe o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da UnB, e uma das responsáveis pelo monitoramento e análise do tempo de permanência dos participantes dos programas de Assistência Estudantil - de desenvolver ações que possibilitem condições mais igualitárias de permanência e diplomação dos estudantes participantes e, dessa maneira, contribuir para a minimização dos índices de retenção e evasão na UnB.

A referida função tem sido desenvolvida há nove anos, na DDS. Tal experiência favorece a compreensão e aproximação do fenômeno estudado à medida que analiso a realidade posicionando-me como mulher de origem pobre, oriunda de escola pública, e que não teve oportunidade de ingressar na universidade pública, tendo que trabalhar no período diurno e estudar no período noturno para prover meus estudos, fato que reforçou ainda mais a determinação e empenho em valorizar a educação pública e lutar pela garantia de sua existência e pela qualidade e excelência dos serviços e do ensino ofertados.

Deparar-me diariamente com as situações enfrentadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para permanecer na UnB, inquietou-me e me fez refletir sobre os casos trazidos cotidianamente por estudantes que estão prestes, ou já extrapolaram, o limite de tempo nos programas da assistência e nos colocam na posição de intervir pela garantia de sua permanência na Universidade. Mesmo diante das limitações impostas pelos prazos e situação financeira precarizada, deve-se encarar o desafio que precisa ser vencido. A maneira que se tem tentado resolver os casos, enquanto equipe técnica, é agir na promoção de ações que possam prevenir os casos de retenção e conseqüentemente de evasão dos referidos discentes.

Para pensar as ações, faz-se necessário conhecer os fatores que interferem na permanência e fazer o monitoramento/acompanhamento dos estudantes, proporcionando-lhes o suporte necessário para sua permanência, até a conclusão da graduação.

No bojo destas e de outras questões é preciso ainda considerar como jovens em condição de extrema vulnerabilidade irão se situar ao sair da universidade e ter que encarar as disputas do mercado de trabalho. Tal desafio pode inclusive retardar cada vez mais sua saída da universidade. Estudos como o de Carvalho (2014, p. 94) sinalizam para os desafios atuais da escolha e decisão vocacional/profissional e afirmam que é necessário “superar a visão dominante que acaba responsabilizando os jovens e os adultos inseridos ou não no trabalho, pela sua própria condição, ao invés de se criar políticas que efetivamente ampliem as oportunidades de educação e de trabalho”. O mesmo estudo chama atenção para:

O caráter imediatista, superficial e seletivo das ações de apoio às escolhas dos jovens e adultos nas escolas ou no trabalho, não possibilita o autoconhecimento e o conhecimento da realidade, com isso, eles não conseguem analisar os determinantes de ordem econômica, política, social, educacional etc. de suas escolhas e decisões. O resultado desse processo pode-se prever: o sofrimento e a frustração desses jovens e adultos, gerados – no caso da escola – pela pressão de ter que fazer esta escolha por um curso superior, num contexto em que se associam os desgastes, que não são poucos, provocados pela seletividade do vestibular e por outras forças sociais que atuam nesse momento (como a pressão dos pais, por exemplo) (Carvalho, 2014, p. 95).

Tal análise nos põe à frente de potenciais fatores que podem levar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a processos de retenção e evasão no âmbito do ensino superior. Aprofundar esse contexto é importante e, mesmo não sendo o foco central da presente pesquisa, não pode passar despercebido no processo de análise do fenômeno pesquisado.

Cabe ainda destacar que, no âmbito da política de incentivo à permanência e diplomação no ensino superior dos estudantes de baixa renda, tem-se o Decreto nº 7.234 de 2010, o qual dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cujo objetivo, dentre outros, é democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública, com vistas a expandir a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos de graduação presencial, ofertados pelas Instituições Federais de Educação Superior (IFES).

1. Problematização

Ingressar na universidade, principalmente pública, ainda é privilégio de poucos e uma conquista que precisa ser garantida a todos. Garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a formação acadêmica com qualidade, sobretudo, para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior, requer a existência de políticas específicas.

De acordo com o texto constitucional, a educação é direito de todos e dever do Estado, desse modo, ao garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino deve-se considerar que os cidadãos que se encontram em situação de desigualdade são detentores dos mesmos direitos que aqueles que se encontram em situação diversa, mais favorecida.

O PNAES prevê a oferta de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas, de forma descentralizada, pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Nos critérios de seleção é considerado o perfil socioeconômico dos discentes, além dos critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição a fim de garantir a permanência, o bom rendimento acadêmico e a diplomação dos estudantes nas IFES.

Desse modo, conhecer os fatores de interferência na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade parece ser primordial para a compreensão do contexto que leva esses estudantes a permanecerem ou evadirem da UnB.

A temática desta pesquisa diz respeito às desigualdades relacionadas à permanência no ensino superior. Dessa forma, para a qualificação da permanência desses estudantes na universidade, foram identificados os fatores que interferem na permanência dos estudantes participantes dos programas da Assistência Estudantil da UnB, tendo como percentual inicial a amostra de 10 estudantes residentes da Casa do Estudante Universitário (CEU), sendo que apenas 6 estudantes, efetivamente, puderam participar da dinâmica realizada. Com isso, foi possível chegar aos fatores que favorecem a permanência e os que dificultam a mesma para verificar como as ações desenvolvidas pela DDS têm contribuído ou não para a permanência na UnB. A partir daí propor ações para minimizar as condições de desigualdade dos discentes e oferecer condições mais igualitárias de permanência na universidade pública.

Assim, questionou-se, no âmbito desta pesquisa: **quais os fatores que interferem na permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica,**

participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB de acordo com a percepção dos mesmos?

2. Objetivos

Considerando o exposto, o **objetivo geral** desta pesquisa foi analisar a questão da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB. **Especificamente** a pesquisa propôs:

- I. Levantar o perfil dos estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB;
- II. Identificar, na percepção dos estudantes, os fatores que favorecem e os que dificultam a permanência na UnB;
- III. Verificar quais são os principais motivos de extrapolação do tempo de permanência nos programas da Assistência Estudantil da UnB;
- IV. Propor ações de monitoramento acadêmico que auxiliem a DDS na execução da política de Assistência Estudantil na UnB.

3. Aspectos metodológicos e estrutura da dissertação

Com vistas a atingir os objetivos estabelecidos, utilizou-se como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa, fazendo uso também de aspectos quantitativos. Como estratégia de pesquisa utilizou-se, de um lado, a aplicação da Técnica de Grupo Nominal (TGN), que é um processo de dinâmica de grupo que tem por finalidade chegar a uma solução de determinado problema através do consenso; e de outro, a Análise de Conteúdo dos Formulários de Solicitação realizadas pelos estudantes do campus Darcy Ribeiro, quanto aos motivos que resultaram nos pedidos de prorrogação do prazo de permanência nos programas da Assistência Estudantil.

Tendo em vista os objetivos que foram estabelecidos e a problemática elucidada, almejou-se privilegiar a escuta dos sujeitos e identificar suas demandas e perspectivas. Motivo pelo qual a técnica do TGN foi adotada e contribuiu sobremaneira para a construção desta pesquisa e dos resultados alcançados.

De acordo com Creswell (2007) a pesquisa qualitativa é um meio para descobrir e para compreender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Tal processo de pesquisa envolve coleta de informações/dados no ambiente do público alvo da pesquisa.

Desse modo, o estudo buscou revelar dados acerca do perfil dos estudantes vinculados aos programas existentes na DDS, principalmente sobre os estudantes residentes na CEU e as percepções dos discentes acerca dos fatores que interferem em sua permanência na UnB. As informações trazidas por esta pesquisa, revelaram elementos contidos nos bancos de dados e nos estudos socioeconômicos realizados pela DDS, e que acabam sendo invisibilizados diante da própria dinâmica de trabalho.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivaram tornar os dados válidos e significativos. Para tanto foram utilizados procedimentos estatísticos que possibilitaram estabelecer quadros, tabelas e figuras que sintetizaram e colocaram em relevo as informações obtidas.

Tendo em vista o que se propôs, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: Introdução, na qual se apresentou a temática estudada, o problema de pesquisa e sua derivação, a justificativa, a questão central da pesquisa, os objetivos: geral, direcionado a questão central, e os específicos, incluindo o referente a contribuição do Produto Técnico e os aspectos metodológicos. No produto técnico são descritas as ações sugeridas como possível solução do problema de pesquisa, seguido da conclusão.

Para tanto, a primeira parte (Capítulo 1) conta com a discussão sobre: O Fenômeno do Acesso e da Permanência de Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica na Universidade Pública: alguns aspectos da questão, trazendo a abordagem teórica do tema em estudo e a apresentação do perfil geral dos estudantes participantes da Assistência Estudantil na UnB.

Na segunda parte (Capítulo 2), com a temática: A Política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília: uma análise da percepção dos demandantes, é apresentada a análise dos dados obtidos na pesquisa. Nesse momento da investigação é revelado o perfil mais específico dos estudantes residentes na CEU e a percepção dos mesmos quanto aos fatores que interferem na permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade na UnB e os principais motivos que levam os estudantes participantes dos programas da Assistência Estudantil da UnB a solicitarem prorrogação de permanência nos referidos programas.

Na terceira e última parte do trabalho (Capítulo 3) se apresenta o Produto Técnico: Monitoramento Acadêmico – uma proposta de intervenção. Nesta última parte, considerando-se o perfil dos estudantes, suas percepções sobre os fatores que interferem em sua permanência e os motivos que levam as solicitações de prorrogação do prazo de permanência, elaborou-se o produto técnico que culminou na proposta de um programa de monitoramento acadêmico a ser ofertado para o público da assistência.

Cabe destacar que o referido produto técnico levou em consideração, não apenas as informações e dados trazidos pela pesquisa, mas também, o instrumental em uso pela DDS para subsidiar o acompanhamento acadêmico, destinado aos estudantes da assistência. Considerou ainda as demandas de trabalho da equipe técnica e administrativa da DDS e suas exposições, os normativos vigentes na referida diretoria e a experiência profissional desta pesquisadora.

CAPÍTULO 1

O FENÔMENO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO

Analisar a questão da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB, e sua interface com o debate sobre a política pública da educação superior é o desafio de muitos pesquisadores que se debruçam na compreensão do fenômeno da educação como direito.

Esta dissertação abordou o fenômeno do acesso e da permanência revisitando as discussões trazidas por Zago (2006), Portes (2001), Bourdieu (2003) entre outros. Buscou, mediante a análise bibliográfica, entender quais os fatores que podem interferir na permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade.

Tais autores procuram compreender o cotidiano desses estudantes no interior das universidades, por entenderem que as diferenças culturais e socioeconômicas podem contribuir para o êxito ou não em suas trajetórias acadêmicas.

A constatação de que “existe um grupo de estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas” (ZAGO, 2000, p. 41) deve ser acompanhada de estudos que permitam conhecer as reais condições dessa permanência na universidade.

Um novo significado às práticas do cotidiano começa a aparecer na literatura acadêmica fornecendo um conjunto de obras que se propõem a investigar os modos de vida das camadas populares subalternas, entendendo a concepção de cultura e de política como campo de práticas sociais, isto é, espaços dinâmicos que se constituem continuamente pela ação dos sujeitos sociais (ZAGO, 2006). Nesse sentido, este estudo busca identificar os fatores que interferem na permanência dos estudantes participantes da política de Assistência Estudantil da UnB como estratégia para propor ações que possam promover condições mais igualitárias de permanência para esses estudantes, o que motivou a problemática desta investigação.

Desse modo, para Zago (2006), estudar esse público para compreender as transformações em suas demandas e nas práticas escolares e seu perfil na sociedade atual, representa uma necessidade para a pesquisa e as políticas educacionais, não apenas no ensino superior, mas em todos os níveis de ensino.

De acordo com Portes (2012), apenas abrir as portas das universidades para os estudantes oriundos dos estratos mais empobrecidos, não é o suficiente. Faz-se necessário garantir melhores condições materiais e culturais de permanência, por meio de políticas de Assistência Estudantil, pois conforme Gomes (2009), a permanência bem garantida vai além do suprimento de condições mínimas de sobrevivência, como alimentação e transporte. Para o referido autor, é necessário criar condições para que os estudantes pobres vivam a vida universitária, de fato.

Por entender que a permanência do estudante da instituição de ensino superior também depende do suporte pedagógico disponibilizado a ele, concorda-se que:

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (ZAGO, 2006, p. 228).

Esse processo passa pela necessidade de se compreender que, ao ingressar e permanecer em uma instituição de ensino, cada sujeito traz consigo uma “bagagem” que, legada do seu convívio social, difere-o dos outros indivíduos e está vinculada à sua trajetória escolar (BOURDIEU, 2004).

Essa bagagem sofre ao longo do processo de escolarização mudanças que segundo Bourdieu (2004), abarcam os seguintes componentes: o chamado capital econômico, que incide nos bens com valor comercial e nos ofícios aos quais esses bens dão acesso, o capital social, que versa da rede mantida pelo sujeito, sua família e amigos; e capital cultural, que compreende, não somente os conhecimentos escolares, mas toda a habilidade ou conhecimento, tais como domínio da linguagem culta, raciocínio lógico, matemática e ciência e informações sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino. Ressalta-se que o capital cultural e o capital econômico, os quais compõem o patrimônio familiar, são os responsáveis pelo sucesso escolar e as trajetórias prolongadas no sistema de ensino (BOURDIEU, 2004).

Para Bourdieu (2004), a realidade social não é construída de ações pela livre consciência individual, isto é, o indivíduo é um sujeito construído socialmente por sua percepção de mundo, estilos de linguagem, expressões corporais, compreendendo seu modo de convivência no âmbito escolar. Sob outra perspectiva, o mesmo autor afirma que a ordem social não acomoda de maneira inalterável as ações de cada sujeito. A referida ordem social não seria norma inflexível, mas princípios gerais que norteiam as ações desses sujeitos.

De um modo geral, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural, onde os mais ricos têm usufruído dessa instituição milenar para legitimar a posição social que ocupam na estrutura social e ampliar o poder que, em geral, já exercem no conjunto da sociedade. Mas, e os jovens oriundos de famílias das classes populares, não têm o direito de usufruírem das mesmas oportunidades que aqueles das classes médias e altas? (BOURDIEU, 2007).

De acordo com Sousa Santos (2004) e Dias Sobrinho (2010) a inclusão promove a justiça cognitiva, permite aos excluídos a apropriação dos saberes sistematizados, do conhecimento e da tecnologia historicamente construídos, essenciais ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania. Trata-se de uma resposta ao monopólio elitizado do saber e uma ampliação dos compromissos éticos e políticos da formação e do conhecimento que a Universidade produz. A justiça cognitiva contribui desta maneira, com a justiça social (ARROYO, 2011).

Portanto, o acesso à universidade é capaz de favorecer esta justiça cognitiva, uma vez que garante processos de inclusão pela via da construção do conhecimento. Garantir a permanência é favorecer todo esse processo e minimizar as desigualdades sociais.

1.1. A permanência na universidade: uma questão de política pública?

Acredita-se que uma possível resposta para tal questionamento vem com a efetivação das políticas públicas que proporcionam ações focadas no acesso e na permanência de estudantes das camadas populares na universidade pública.

Ressalta-se que a democratização do acesso à educação superior, particularmente dos jovens de baixa renda, passou a ganhar espaço na agenda dos governos e da sociedade brasileira apenas nos anos recentes, mais especificamente no período compreendido entre os anos (2003 – 2015) desencadeando políticas públicas de expansão e interiorização das vagas, assim como ações afirmativas voltadas aos grupos sociais mais excluídos.

Porém, tais políticas vêm continuamente enfrentando, desde sua criação, avanços e retrocessos que integram o itinerário das leis e decretos e revelam as disputas e as resistências em que determinados setores da sociedade e do governo colocam para as políticas de combate às desigualdades sociais. Neste sentido, a luta pela garantia do direito de acesso e permanência na universidade, principalmente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, deve ser legitimada e tais direitos devem ser assegurados a esses jovens, pois traduzem-se em

direitos fundamentais previstos, não apenas na Constituição Federal de 1988, mas também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Nº 9394 de 1996.

Assim, estudar a questão das políticas educacionais no Brasil e sua interface com a garantia de direitos e com as relações de poder é um desafio à medida que exige uma compreensão ampliada de educação e da própria história desta no Brasil e na América Latina, bem como de suas conexões com outras políticas e demandas sociais. Contribuições como as de Quijano (2005), entre outros, reforçam a ideia de que é necessário problematizar a educação no bojo do projeto neoliberal que vem privilegiando interesses individuais em detrimento de direitos coletivos.

É função das políticas públicas avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país, além e, sobretudo, de garantir a educação para todos. As políticas de educação no Brasil são garantidas pela Constituição Federal e por outras leis, como a LDB. O direito dos cidadãos de ter acesso à educação é garantido pela Constituição Federal, no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Contudo, dados do IBGE apontam que a taxa de ingresso ao nível superior é maior entre alunos da rede privada. Dos alunos que completaram o ensino médio na rede pública, apenas 36% entraram numa faculdade. Para os da rede privada, esse percentual mais que dobrou: ficou em 79,2% (IBGE Síntese de Indicadores Sociais, 2018).

Outro dado revelador do IBGE anuncia que em 2017, 51,5% dos brancos com ensino médio completo ingressaram no ensino superior. Já entre pretos e pardos essa proporção era de 33,4%. Ter concluído o ensino médio em uma escola privada atenuou as diferenças segundo cor ou raça: a taxa de ingresso dos brancos provenientes do ensino médio privado foi de 81,9% e a dos pretos ou pardos, de 71,6%.

O estudo destaca ainda que o perfil de renda também é bastante desigual, as maiores proporções no nível superior são compostas por alunos cuja renda domiciliar per capita estava no grupo das 25% mais altas do país.

A democratização do acesso ao ensino superior foi estimulada por uma série de políticas públicas e potencializadas pela melhoria do fluxo escolar na educação básica que se intensificou a partir da década de 1990. Essas políticas vão desde o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas direcionadas aos alunos de diferentes perfis (pessoa com deficiência, procedente de escola pública, com baixa renda familiar, etnias específicas etc.) até o aumento do financiamento estudantil reembolsável (como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES) e não reembolsável (como o Programa

Universidade para Todos - Prouni), disponível aos alunos das instituições privadas. Houve também outros programas e ações do governo para a rede pública que contribuíram para a expansão dessa rede, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Sistema de Seleção Unificada - SISU (IBGE, 2019, p. 84).

Nos últimos anos, as Universidades Federais têm trabalhado na implementação de políticas que envolvem o acesso e a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como resultado, entre outros, o surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010, que tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação a fim de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. (BRASIL, 2010).

É importante destacar o que traz o artigo 5º do referido Decreto:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

Note-se que a prioridade no atendimento é dos estudantes oriundos de escolas da rede pública ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Isso significa viabilizar oportunidades de acesso e permanência aos discentes que não possuem condições, entre outras, financeiras para se manterem na educação superior, mesmo ela sendo pública e gratuita, pois muitos se encontram em situação socioeconômica de extrema vulnerabilidade. Isso só reforça a importância de promover ações voltadas para a permanência destes estudantes no sistema educacional de ensino, para uma efetiva democratização da educação.

Diante dos novos desafios das políticas públicas de educação superior, de promover ações institucionais que busquem a efetivação do acesso, da permanência e da diplomação, emerge a necessidade de problematizar a presença de um novo perfil de estudantes, que chega e passa a confrontar os padrões até então existentes no mundo acadêmico. É sabido que a chegada desse novo sujeito se dá a partir de conquistas que demandaram organização e lutas coletivas, que não terminam com a entrada no ensino superior público, mas exigem mobilização permanente para garantir permanência e diplomação. A bagagem trazida serve de elemento chave no confronto com uma cultura enraizada e, por vezes, cristalizada do fazer educação.

A IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES, de 2014, identificou o movimento e as mudanças no perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) e evidenciou um cenário particular, com inúmeros indicadores comprobatórios de que o ensino superior federal havia se tornado mais acessível, popular e inclusivo (ANDIFES, 2016).

Tal constatação colocou gestores públicos diante da responsabilidade de fazer avançar este processo, reduzindo os níveis de desigualdade do país, mirando as condições para que discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica pudessem gozar das mesmas oportunidades educacionais que seus colegas em melhores condições, garantindo que a educação superior, tal como definido pela Lei Federal 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), fosse um direito de todos (as).

As tendências encontradas em 2014 se confirmam na V Pesquisa de Perfil, realizada em 2018. Ademais, a V Pesquisa identifica a consolidação do processo de democratização das IFES brasileiras. Esta pesquisa buscou produzir indicadores que permitam aos gestores monitorar as políticas direcionadas ao ensino superior, avaliar seus resultados, aprofundá-las e corrigir eventuais desvios de planejamento (ANDIFES, 2018).

De acordo com o Relatório Executivo da referida pesquisa, o universo investigado pela V Pesquisa foi composto por estudantes de cursos de graduação presenciais de todas as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018, bem como pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (ANDIFES, 2018).

Dados básicos sobre o universo foram obtidos a partir de informações enviadas pelas próprias IFES, via sistema de cadastramento de estudantes, especialmente criado pela equipe de Tecnologia da Informação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Ao final do processo de cadastramento de estudantes, chegou-se ao volume de 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos) discentes, distribuídos por 65 IFES e por 395 *campi*, ingressantes no período entre 2000-2018. Estes discentes têm matrícula ativa em 355 cursos, distribuídos nos turnos diurno, noturno e integral, para obtenção dos graus de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico.

Muito embora o relatório traga a análise de todas as variáveis e perfis, optou-se por enfatizar o que se tem chamado de estudantes “vulneráveis”. Isto porque a concepção da referida pesquisa tem origem no Fórum Nacional de Pró-reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que é o órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das

Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). O FONAPRACE tem sido um dos principais espaços de formulação e reflexão sobre as políticas de Assistência Estudantil do país e foi o lócus de onde emergiu, dentre outras ações, o próprio PNAES. Seu objetivo é garantir que as políticas estudantis impeçam que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação (ANDIFES, 2018).

Ainda de acordo com o Relatório Executivo da V pesquisa, o FONAPRACE utilizou recorrentemente o termo vulnerabilidades para identificar situações de desigualdades, frequentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Consideram-se vulneráveis, os

(...) indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

As análises efetuadas evidenciaram que os fatores que interferem na permanência demandam ações integradas de prevenção, nos casos de retenção/evasão, e promoção à um ambiente que favoreça a permanência e a diplomação. As políticas de assistência/permanência necessitam de estratégias que envolvam setores específicos da universidade em um trabalho de parceria/rede para ofertar aos estudantes, em situação de vulnerabilidade, os serviços e apoio que atendam às suas demandas.

1.2. A Assistência Estudantil: uma breve contextualização

A concepção construída sobre Assistência Estudantil leva à compreensão de que esta é uma ação do Estado que busca reduzir as desigualdades sociais e assegurar o acesso, a permanência e a diplomação, o que se concretiza por meio de programas e projetos, benefícios sociais e acompanhamento do estudante.

Todavia, não se pode perder de vista que “o sistema educacional brasileiro gera chances desiguais de acesso, trajetória e aprendizado aos estudantes principalmente em função de sua origem socioeconômica” (IBGE, 2019, p. 77). Por esse motivo, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sem dúvida, se constitui numa das ações que busca minimizar a desigualdade e contribuir com o processo de democratização.

Conforme lembra Imperatori (2017), Da mesma forma que o direito à educação não é recente, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária” (p.285). A autora destaca ainda que é importante considerar o pressuposto de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos estudantes de graduação, gerando inclusive evasão. É necessário compreender que o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, dentre estes a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros.

Em conformidade com o marco histórico brasileiro, a Assistência Estudantil tem seu registro legal a partir da Constituição de 1934, na qual o Estado destinou recursos para a aplicação em auxílios a estudantes com comprovada necessidade financeira. Na Constituição de 1946, foi definido em seu artigo 172, que cada sistema de ensino deveria ter, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos, na época, chamados estudantes carentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 4.024/1961 (LDB), estabeleceu alguns serviços, dentre estes o médico, odontológico e de enfermagem aos estudantes, além de bolsas gratuitas para custeio integral ou parcial de seus estudos. Pode-se dizer que essas ações se configuraram como uma primeira ideia de política de Assistência Estudantil.

O estudo de Abreu (2012), sobre a avaliação do processo de implementação da política de Assistência Estudantil, aponta que na década de 70, foi criado o Departamento de Assistência Estudantil no Ministério de Educação MEC, com o objetivo de implementar melhorias nos atendimentos aos estudantes, buscando ofertar programas de alimentação, moradia e assistência médico/odontológica.

Na década de 80 tem-se o papel importante dos movimentos sociais que fortaleceram a luta por direitos sociais, dentre eles, o direito à educação e assistência social. O país vivenciava um sucateamento das universidades, minimização de recursos e capital para custeio, além da falta de compromisso do Governo Federal. Neste contexto de pressão é criado, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) que passou a fomentar o desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil (ABREU, 2012).

Por outro lado, a década de 90 é marcada por prejuízos às políticas sociais, como pontua Abreu (2012), momento em que diversos programas sociais sofreram cortes financeiros devido aos problemas econômicos do país.

No âmbito da UnB, em 1994, de acordo com DDS/UnB (2018), aprova-se a estrutura organizacional da Diretoria de Desenvolvimento Social, pelo Ato da Reitoria nº 429/1994, em substituição à Diretoria de Serviço Social, que havia sido criada pelo Ato da Reitoria nº 429/1986. Compete à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) assessorar o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) no planejamento, implantação, operacionalização e monitoramento dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela UnB. Percebe-se que, mesmo diante das adversidades da conjuntura política da época, a UnB assume a vanguarda de mudanças importantes na estrutura da política de Assistência Estudantil.

O principal objetivo da referida Diretoria seria promover Assistência Estudantil, como direito de cidadania, a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior com sucesso. A Política de Assistência Estudantil tem a finalidade de ampliar as condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública federal, o que implica no desenvolvimento de estratégias de inclusão social, democratização do acesso, permanência e formação acadêmica com qualidade, evitando a retenção e a evasão do estudante em situação de vulnerabilidade social e econômica (UnB, 2018a).

No ano de 2007, durante o governo Lula, é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria Normativa/MEC nº 39/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010. Sendo relevante destacar que o PNAES é produto da luta de movimentos sociais, dentre eles o movimento estudantil. Registra-se a luta da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENCE), pela efetivação da assistência ao estudante como direito (ARAÚJO; BEZERRA, 2007). O estabelecimento de uma política nacional figura como um marco histórico importante, porquanto as ações passam a ser direcionadas por ela e os recursos para sua implementação são assegurados pelo Estado.

Conforme o Decreto nº 7.234/2010, o PNAES tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e os meios para alcançar esse objetivo são: a democratização das condições de permanência dos jovens, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, a conclusão da educação superior, a redução das taxas de retenção e evasão e ainda a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (incisos I a IV do artigo 2º).

Dentre os nove princípios que regem o Programa Nacional de Assistência Estudantil destacam-se os seguintes:

I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado; III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES; VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2010).

De acordo com Abreu (2012), essa visão de Assistência Estudantil rompe com a concepção de apenas um programa de transferência de recursos financeiros a alunos pobres. Essa política é fruto da luta dos movimentos sociais que defendem melhores condições de vida a todos e acesso à educação pública e de qualidade. É, portanto, um mecanismo de direito que possibilita à qualificação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, ao favorecer a permanência dos alunos, com baixas condições socioeconômicas, em ambiente acadêmico onde se produza conhecimento capaz de transformar a realidade.

O PNAES (2010) define que as ações de Assistência Estudantil deverão ser desenvolvidas nas áreas de: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. A escolha da metodologia e dos critérios de seleção dos alunos caberá a cada instituição de ensino. Pontua também que tais ações devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Por conseguinte, estabelece como atendimento prioritário os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

De acordo com DDS/UnB (2018), na UnB, os programas de Assistência Estudantil são mantidos, atualmente, apenas pelos recursos do PNAES, geridos pelo Grupo de Trabalho, criado no âmbito da Reitoria, composto pelos decanatos de Decanato de Graduação, Decanato de Extensão, Decanato de Assuntos Comunitários e Decanato de Planejamento e Orçamento, sendo que este último preside o GT, responsável pelas ações internas da fonte 4002 (PNAES) e coordenados pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC). São atendidos com programas aproximadamente seis mil estudantes de graduação, o que representa cerca de 10% do corpo discente da instituição.

A DDS desenvolve e executa a Política de Assistência Estudantil e nessa perspectiva oferece os Programas: Moradia Estudantil para Graduação e Pós-graduação (nas modalidades vaga na Casa do Estudante Universitário – CEU e concessão de auxílio mensal em pecúnia no valor de R\$530,00 para estudantes de graduação e vaga na Colina/CEU para estudantes da pós-graduação); Auxílio Socioeconômico (auxílio mensal em pecúnia no valor de R\$465,00); Bolsa

Permanência do MEC (auxílio mensal em pecúnia no valor de R\$400 e R\$900,00 para estudantes indígenas e quilombolas); Alimentação (acesso ao Restaurante Universitário - RU de forma gratuita em todos os campi) e como mais novos programas o Auxílio Transporte (no valor de R\$300,00 para estudantes que residem no entorno do DF) e o Programa Auxílio Creche (no valor, a partir de, R\$485,00 para filhos de estudante com idade de 0 a 4 anos) (UnB, 2018a).

Em pleno ano de 2019, parece que estamos (re) vivendo a história de privação de direitos, um exemplo claro é a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos que alterou a Constituição Brasileira de 1988 instituindo um novo Regime Fiscal. Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, que atinge diretamente a saúde e a educação, além de outros direitos importantes para a sociedade como um todo. Tudo isso reforça a importância da luta pelo fortalecimento das políticas de Assistência Estudantil e demais políticas que favoreçam a melhoria da educação pública em todos os seus níveis e modalidades, embora o foco deste trabalho seja a educação superior.

O enfrentamento de tal situação passa pela elaboração de diagnóstico capaz de situar o problema em sua macro posição e subsidiar a elaboração de estratégias de intervenção. Desse modo, ao apresentar o perfil dos estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB pretende-se definir e propor ações de monitoramento que possam favorecer a permanência desse público na Universidade, rompendo com o ciclo vicioso de desigualdade imposto aos que não “nascem” com privilégios.

Percebe-se que as políticas de acesso e permanência da educação superior no Brasil têm sido objeto de estudos e debates, seja por parte daqueles que questionam a forma de gestão e a prática social em torno do fazer tais políticas, seja por parte dos que buscam impor ideias e modelos que negam a visão integrada de educação e “importam” práticas que destoam da realidade brasileira. A partir disso identificou-se a necessidade de se compreender o contexto da política de educação superior no Brasil, as ações de incentivo ao ensino superior e, conhecer de forma mais aprofundada, o perfil dos estudantes participantes dos programas de Assistência

Estudantil da UnB, considerando suas especificidades, percepções e anseios, com vistas a subsidiar a elaboração de estratégias de monitoramento acadêmico para este público.

Os dados da UnB revelam que 47% dos calouros que ingressaram no primeiro semestre de 2019 estudaram em escolas públicas. Esse feito da UnB vem sete anos após a sanção da Lei Federal de Cotas (nº 12.711), instituída no país em agosto de 2012.

Neste contexto, é fundamental analisar os dados referentes ao perfil dos estudantes da UnB, participantes dos programas da Assistência Estudantil, com objetivo de identificar a questão da raça e da etnia e verificar como vem ocorrendo a inserção e a permanência nos programas que desenvolvem ações em conformidade com as finalidades previstas no PNAES. Para tanto, foram analisados os dados, referentes ao segundo semestre de 2017. Conforme pontua Garcia Filice (2017), é fundamental que a condição de múltiplas assimetrias assente na raça, na etnia, na classe e no gênero, venha sendo considerada no processo de inclusão nos programas da Assistência Estudantil, identificando os desafios e apontando ações estratégicas de acordo com as necessidades do público mencionado.

Assim, esta dissertação traz uma análise do perfil dos estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil, e com isso dando visibilidade às suas demandas dentro da Universidade. Para tanto utilizou-se como estratégia metodológica o levantamento e análise de dados junto à DDS, levantamento bibliográfico e documental. Concluiu-se que a elaboração do perfil é de fundamental importância para se propor ações capazes de contribuir com a promoção de melhores condições de permanência para o público mencionado, levando em consideração suas especificidades.

1.2.1.A Assistência Estudantil na UnB e o perfil dos demandantes

O levantamento das informações, como estratégia metodológica, ganha relevância à medida que contribui para demonstrar e dar visibilidade à realidade. Vale destacar, contudo, que o objetivo deste trabalho não se encerra nesta ação (de levantamento) também buscou-se ouvir os demandantes (segunda parte) e, a partir de suas falas, identificar suas necessidades, e propor com isso uma estratégia de monitoramento acadêmico (terceira parte), cujo foco é servir aos estudantes como um suporte, além dos recursos já percebidos pelo público em questão, via programas da Assistência Estudantil.

Na tabela a seguir, são apresentadas informações referentes ao perfil dos participantes dos programas da Assistência Estudantil na UnB.

Tabela 1 - Estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil segundo sexo, raça/etnia - valor absoluto e percentual - UnB – 2017

	Feminino	Masculino	Total*	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total*
Nº	2995	2243	5238	1307	2754	1024	106	47	5230
%	57,2	42,8	100	25,0	52,7	19,6	2,0	0,7	100

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados fornecidos pela DDS.

*O total de estudantes em relação ao sexo é diferente do total em relação à raça/etnia provavelmente porque há um número de estudantes (8) que não declarou raça/etnia.

A partir do levantamento preliminar das informações acerca do perfil dos discentes matriculados nos cursos de graduação presencial no semestre letivo (2017/2), vinculados aos programas da Assistência Estudantil da UnB, identificou-se que, do total de 5.238 estudantes que participavam dos programas, 25% se declararam brancos; 52,7% se declararam pardos; 19,6% se declararam pretos, seguidos por 2,0% que se declararam amarelos e 0,7% de indígenas.

Ademais, a maioria dos discentes é do sexo feminino 57,2% seguido por 42,8% do sexo masculino. Por fim, os somatórios dos estudantes de cor preta e parda totalizam 72,3% da amostra, especificamente, 3.778 estudantes negros/as, participam da Assistência Estudantil, conforme os dados coletados, ou seja, mais da metade dos participantes da Assistência Estudantil são negros.

Em conformidade com Garcia Filice (2017), as informações mostram a posição desigual ocupada por negros dentro da Universidade, pois os dados revelaram que mais da metade dos estudantes da Assistência Estudantil são da cor negra (preta e parda). Há ainda que se considerar que a seleção realizada para acesso aos programas da assistência é baseada no corte de renda que é de 1SM e ½ (um salário mínimo e meio), ou seja, são estudantes pobres, assim, a Assistência Estudantil é composta por um público com uma história de exclusão e invisibilidade que precisa ser vista, ouvida e considerada pelos indicadores educacionais como demandantes de políticas públicas legítimas, que considere as especificidades do seu público e contribua para a minimização das desigualdades dentro e fora da Universidade.

Outro dado relevante é o quantitativo de indígenas de apenas 0,7%, que pode estar atrelado a duas questões fundamentais que precisam ser aprofundadas. Uma diz respeito ao vestibular indígena, que mapeou os ingressantes via processo especial (Acordo de Cooperação

Técnica N° 002 entre a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a UNB, firmado em 13 de novembro de 2015), ganhando visibilidade nos dados oficiais e favorecendo o processo de inclusão desse segmento.

Por outro lado, existe um percentual que não aparece em destaque nesses dados, que são os que ingressam no processo ampliado (SISU, ENEM, Vestibular) ou são contemplados com a Bolsa Permanência MEC e não possuem avaliação socioeconômica junto à DDS. Além disto, existem aspectos históricos e culturais que envolvem estudantes indígenas e sua permanência em meio urbano que precisam ser avaliados. Esse grupo parece desafiar a universidade em seu padrão de ensino e do fazer educação, à medida que tem uma especificidade cultural e socioeconômica que precisa ser considerada.

Na próxima tabela, os percentuais mostram os sistemas de concorrência predominantes dos estudantes vinculados à assistência. Para cada forma de ingresso na UnB (vestibular, SISU, PAS, etc.) existem diferentes sistemas de concorrência: sistema universal; sistemas de cotas para escola pública, o qual possui subdivisões considerando a renda familiar e a raça/etnia do estudante; sistema de cotas para negros e ainda o vestibular indígena.

Tabela 2 - Estudantes participantes dos Programa de Assistência Estudantil segundo forma de ingresso e por cotas - valores absolutos e percentual - UnB - 2018

Sistemas de concorrência	Absoluto	%
Total Assistência Estudantil	5.238	100,0
<u>Universal</u>	1.783	34,0
<u>Cotas</u>	3.455	65,0
Escola Pública	3.144	60,0
Alta renda	1.168	22,3
PPI	798	15,2
Não PPI	370	7,1
Baixa renda	1.976	37,7
PPI	1.251	23,9
Não PPI	725	13,8
Indígena	25	0,5
Negro	286	5,5

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados fornecidos pela DDS.

De acordo com a tabela 2, do total de 5.238 estudantes da Assistência Estudantil, 34% ingressaram na UnB pelo sistema universal, enquanto 65% ingressaram por cotas, sendo que desses, a maioria utilizou-se do sistema de cotas para escola pública (60%): 13,8% são oriundos de escola pública, baixa renda, sendo não Preto, Pardo e Indígena (PPI) e 7,1% ingressaram por

escola pública, alta renda, não PPI. Dos ingressantes por escola pública, alta renda, PPI o percentual é de 15,2% e os ingressantes por escola pública baixa renda, PPI, o percentual é de 23,9%.¹

Os dados acima podem ser analisados considerando as reflexões de Quijano (2005) acerca da relação raça x escolaridade. Segundo o autor, pretos e pardos, com a mesma quantidade de anos estudados que brancos e amarelos, recebem salários menores, pois a colonialidade eurocentrada, valoriza ou não, o indivíduo pela cor de sua pele.

Os dados revelam ainda que o perfil do demandante da política de Assistência Estudantil da UnB é formado pela maioria de discentes da cor negra (somando-se pretos e pardos) e do sexo feminino, sendo todos oriundos de escola pública, evidenciando o quanto a sociedade brasileira ainda mantém um padrão racista nas relações que estabelece, onde negros e mulheres se mantêm à margem do acesso aos direitos que são ditos universais.

Assim, pensar políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica requer a compreensão do contexto em que elas estão inseridas e suas demandas. Inspirando-se nas contribuições de Garcia Filice (2017), é necessário e justo, avaliar as múltiplas assimetrias presentes nos diversos grupos étnicos, raciais e de classes e considerar as diferenças, para então, intervir significativamente por meio de ações que promovam a garantia dos direitos de todos os cidadãos, demandantes da política pública que está se propondo.

Para compreender a realidade educacional na contemporaneidade há que se retomarem os padrões de poder originários de tal processo de colonialidade. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2005) nos oferece uma perspectiva que integra elementos históricos, econômicos, políticos e ideológicos que estruturam as relações de poder na atualidade. Esse autor apresenta conceitos que possibilitam analisar as políticas públicas de educação com um olhar mais atento a fim de se evitar que o discurso da “cidadania possa servir como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais” (2005, p. 130).

Da ocasião da implementação do PNAES na UnB, até o momento atual, os processos seletivos desenvolvidos pela DDS para acesso aos programas, de acordo com os princípios do referido programa nacional, têm sofrido alterações com o intuito de melhor atender o público da assistência. A intencionalidade de propor o monitoramento acadêmico, com vista a qualificar

¹Os termos aqui utilizados (PPI e não PPI; alta renda e baixa renda) baseiam-se nas nomenclaturas institucionalmente utilizadas pela UnB a partir da Lei Nº 12.711 de 2012, que instituiu o sistema de cotas para escola pública. Por “baixa renda” compreendem-se os estudantes que possuem renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo, os que possuem renda superior a esse corte são denominados como “alta renda”.

a permanência dos estudantes, traduz-se em um desses processos de mudanças para melhor atender os estudantes.

Partindo das ponderações de Saravia e Ferrarezi (2007) e considerando-se a diversidade do perfil dos demandantes dos programas da Assistência Estudantil, faz-se necessário um mecanismo de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos referidos programas para subsidiar as tomadas de decisões quanto às prioridades dos estudantes atendidos pela assistência e também para responder ao princípio da transparência que deve perpassar todas as ações do setor público.

A autonomia das IFES na aplicação dos recursos do PNAES, que acontece apenas sob a égide das diretrizes gerais estabelecidas no Decreto Nº 7.234/2010, é uma característica que torna mais complexa a supervisão da política por parte do MEC. Além disso, trata-se de um programa de assistência que pretende atuar em áreas bem diversas, devendo, inclusive, atender às necessidades identificadas pelo corpo discente, demandando portanto, um controle relativamente aprimorado para que o PNAES atinja, efetivamente, sua finalidade e objetivos. Assim, do ponto de vista da criticidade, trata-se de uma política naturalmente elegível para uma avaliação (BRASIL, 2017).

Considerando a conjuntura socioeconômica do Brasil nos últimos anos e o evidente agravamento das expressões da questão social vivenciadas pela sociedade, a redução e cortes dos recursos financeiros voltados para as políticas de educação interferem no acesso e permanência dos sujeitos que demandam os programas da Assistência Estudantil. Diante disso, torna-se maior o desafio, que já era imenso, de viabilizar os recursos no atendimento das diversas necessidades dos estudantes e evitar a evasão.

Observa-se no Relatório Consolidado do PNAES da Controladoria Geral da União do ano de 2017 que:

Verificou-se também que metade das IFES analisadas não incorpora as demandas dos estudantes no processo de estabelecer as áreas onde os recursos serão utilizados. Essa distância do corpo discente traz os riscos da menor participação dos alunos e, conseqüentemente, menor acompanhamento, monitoramento, transparência do programa, maior risco de ocorrer irregularidades e dos recursos não terem sua melhor utilização (BRASIL, 2017).

Isso reforça a importância do que se propôs neste trabalho que foi conhecer os fatores que interferem na permanência dos estudantes, a partir do seu local de fala. Tal investigação ocorreu por meio da escuta dos discentes (capítulo 2) para compreender suas demandas e

traduzi-las em ações a serem desenvolvidas no âmbito, não apenas da Assistência Estudantil, mas pela UnB a fim de promover condições mais igualitárias de permanência e a consequente diplomação desses discentes.

As ações que possam proporcionar condições mais igualitárias de permanência para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tornam-se ainda mais necessárias à medida que a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (ANDIFES, 2018), por meio de seus dados, demonstra que uma parcela significativa de estudantes das IFES é oriunda de famílias das classes C, D e E, logo, um contingente expressivo de estudantes que necessitam de algum tipo de assistência institucional para sua permanência na universidade e para conseguirem concluir o curso em que se encontram matriculados.

Se a cultura de um povo é democrática e ele atua nas decisões políticas, é provável que sua política educacional acate as sugestões e os anseios desta população. Em contextos autoritários, nos quais o povo é subjugado por uma cultura extremamente dominadora, é comum predominar uma política educacional de cunho excludente.

O Relatório Consolidado do PNAES da Controladoria Geral da União evidencia a importância de se conhecer o perfil dos demandantes para ouvi-los e trazê-los para as ações a serem desenvolvidas no âmbito da Assistência Estudantil.

Cabe destacar que, ao identificar o perfil dos demandantes da Assistência Estudantil, percebeu-se que não fugiu à regra dos debates travados por Quijano (2005) acerca da colonialidade do poder. A maioria dos estudantes, vinculadas à Assistência Estudantil, é negra, de origem socioeconômica vulnerável, mulheres e oriundos da escola pública. Público este que se encontrava à margem do acesso à educação superior até pouco tempo. Contudo, a conquista do acesso ao ensino superior não se traduz, necessariamente, na garantia da permanência. Cabe à Universidade rever (pré) conceitos e estabelecer novas práticas que reconheçam as diferenças e ponham em pauta as demandas desse público.

As observações trazidas pelo relatório da Controladoria Geral da União (CGU) acerca da participação dos estudantes nos processos decisórios da política de Assistência Estudantil, traduzem os limites das universidades em de fato (re) conhecer o que pensam e quem são os demandantes dessa política. Tal prática (de pouco ouvir os sujeitos) limita a incorporação das demandas dos estudantes no processo de estabelecer as áreas de atuação prioritárias em que os recursos do PNAES devam ser alocados. Essa limitação também se traduz nos processos de elaboração de projetos e ações que visam a promover melhores condições de permanência e

diplomação. Toma-se o caminho mais longo nestes processos, parte-se do zero na elaboração de tais estratégias sem ouvir os demandantes, são poucas as iniciativas de prática participativa capaz de envolver esses sujeitos, conforme pontua o relatório da CGU. É necessário travar ainda um debate sobre a gestão interna do recurso do PNAES. Com a sinalização de cortes e o aumento da demanda quem define as prioridades?

Apesar de tal limitação, há a sinalização de novas possibilidades no que se refere à participação dos demandantes. A Universidade começa a desenvolver meios em que se propõe permitir o protagonismo dos discentes. Recentemente foi aprovado o Ato do Decanato de Ensino e Graduação da UNB (Nº 023 DEG/ 2017) que criou o GT de Permanência, grupo de trabalho que vem discutindo, com a participação de representantes de alguns setores da UnB e dos discentes, os desafios da permanência na Universidade, em especial dos educandos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que, por isso, enfrentam o risco do abandono da vida acadêmica.

A realização da primeira conferência da Assistência Estudantil da UnB, em dezembro de 2019, foi outro momento que possibilitou a participação dos estudantes. A perspectiva é que o resultado de todo esse processo de mobilização interna direcione a elaboração da política de Assistência Estudantil da UnB.

No âmbito da DDS, a elaboração de uma proposta de monitoramento acadêmico pode constituir-se também numa estratégia que contribuirá com a identificação de situações que coloquem em risco a permanência na Universidade, bem como, pode favorecer debates internos acerca da participação dos demandantes na elaboração de propostas que lhes digam respeito e por isso carecem de contemplar suas vozes.

A presença dos estudantes das camadas populares e oriundos da escola pública desafia a universidade pública sobre diferentes aspectos, entre os quais o da permanência. O quantitativo de estudantes vinculados à Assistência Estudantil na UnB é bastante significativo, mais de 7 mil discentes atualmente, e indica a necessidade de políticas de permanência e de uma pedagogia universitária mais atenta às especificidades desse universo estudantil.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DEMANDANTES

Objetivando fazer as convergências pertinentes entre o referencial teórico e o contexto empírico nas análises aqui propostas, foi realizada a revisão de literatura sobre a presença e permanência de estudantes pobres na universidade, que neste trabalho, foram identificados como estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como os fatores que interferem na permanência dos mesmos.

Foi realizada pesquisa e seleção de estudos no Portal de Periódicos da Capes, no site da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, entre outros, com os termos: “permanência na Universidade”; “estudantes vulneráveis”; “fatores de interferência no ensino superior”, além da seleção de dissertações e teses, livros de autores que tratam sobre o tema.

Os dados também foram obtidos a partir da coleta e análise de documentos oficiais, tendo sido selecionados e analisados os textos relativos a Leis, Decretos, Portarias, Formulários e Relatórios produzidos pela Universidade de Brasília, pelo Decanato de Assuntos Comunitários e pela Diretoria de Desenvolvimento Social, relativos à política e programas de Assistência Estudantil.

Realizada a aproximação teórica com o objeto em estudo, percebeu-se a necessidade de identificar a visão dos sujeitos participantes dos Programas de Assistência Estudantil da UnB para com isso compreender suas percepções quanto aos fatores que interferem em sua permanência na Universidade.

Compreende-se por percepção, de acordo com Matos e Jardimino (2016, p.27):

(...) como “organização e interpretação de sensações/dados sensoriais” que resultam em uma “consciência de si e do meio ambiente”, como uma “representação dos objetos externos/exteriores”. Destacamos a interpretação como um fator importante: isso significa que não percebemos o mundo diretamente porque a nossa percepção é sempre uma interpretação desse mundo.

É, portanto, o processo capaz de gerar consciência e compreensão do ambiente que nos rodeia através da interpretação, seleção e organização das ideias e das informações.

A seguir inicia-se a articulação da discussão sobre a presença de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade e sua percepção sobre os fatores que interferem na permanência, à luz da concepção de alguns autores que investigam a problemática

do acesso e da permanência de estudantes pobres no interior da Universidade Pública, destacando-se primeiramente os aspectos metodológicos da pesquisa.

2.1. Caminho Metodológico

Esta pesquisa teve como propósito analisar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB. Para alcançar este objetivo, utilizou-se a abordagem qualitativa, com suporte em procedimentos quantitativos. Como estratégia de pesquisa optou-se pelo estudo de caso, tendo a UnB como locus de investigação. A Técnica de Grupo Nominal (TGN) foi utilizada como estratégia para obter informações a partir da interação com os participantes da pesquisa. E como metodologia para análise e interpretação dos dados adotou-se a Análise de Conteúdo.

Os paradigmas qualitativos, de acordo com Kipnis (2003) e Neves (1996), possuem foco amplo, contextualizado e complexo. Eles não são mensuráveis, tão pouco estatísticos e se conceituam de características descritivas. Segundo os autores, o pesquisador qualitativo é subjetivo, interage com os pesquisados, leva em conta valores, crenças e costumes. Analisa o contexto da pesquisa e dos pesquisados, é indutivo, expressa-se em uma linguagem subjetiva, mais personalizada.

Nesse sentido, considerou-se a abordagem qualitativa adequada para atender aos objetivos e à problemática deste estudo, tendo em vista, ainda, conforme argumenta Creswell (2007), que ela permite descobrir e compreender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Esse processo de pesquisa envolve coleta de informações e dados no ambiente do público alvo da pesquisa, que no caso deste estudo são os estudantes participantes da Assistência Estudantil, moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU).

Cumprir observar, no entanto, a importância da complementaridade entre as abordagens qualitativa e quantitativa, considerando as particularidades do objeto de pesquisa, conforme argumentam Minayo e Sanches (1993). Assim, ainda que não haja uma completa integração entre as abordagens, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa.

Gatti (2002) considera que quantidade e qualidade não estão totalmente dissociadas na pesquisa, na medida em que, de um lado, a quantidade é uma tradução, um significado, que é

atribuído à grandeza com que um fenômeno se apresenta e, do outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois sem relação a algum referencial não tem significação em si.

Em relação à técnica de estudo de caso, Severino (2009) expõe que ela se caracteriza por se concentrar no “estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Creswell (2010) acrescenta que o estudo de caso permite ao pesquisador explorar, entre outros, um programa, um processo, um ou mais indivíduos.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso “é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Para o referido autor, tal método é utilizado em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível fazer observações diretas.

O estudo de caso, conforme Yin (2001), torna-se uma metodologia válida em questões que visam responder “como” um fenômeno ocorre inserido no contexto da vida real, entendido aqui o fenômeno como o fato “tal como é percebido por alguém” (RUDIO, 2010, p. 11). Assim, a metodologia adotada neste trabalho configurou-se também como estudo de caso, tendo em vista que delimitou a UnB como espaço para investigação, em especial, os estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil.

Para melhor compreender o objeto de investigação desta dissertação foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica e documental em diferentes fontes de informações.

A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio de livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos. Mesmo tratando-se de fonte secundária, este tipo de pesquisa teve a finalidade de embasar o tema do trabalho ofertando conceitos e demonstrações de como o assunto está sendo tratado. O referencial teórico é o responsável pelo arcabouço que sustenta a pesquisa.

Também foi realizado o levantamento do referencial teórico sobre textos, trabalhos acadêmicos, livros, consulta em periódicos, etc. sobre a problemática da Assistência Estudantil, em nível nacional e institucional (UnB) para subsidiar a discussão.

Conforme Kerlinger (1980), os levantamentos descritivos procuram determinar a incidência e distribuição das características e opiniões de populações de pessoas, obtendo e estudando as características e opiniões de amostras pequenas e presumivelmente representativas de tais populações.

Em relação à pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2003) explicam que ela contempla documentos escritos ou não. A presente pesquisa fez uso dos documentos legais que regem as regras de seleção para os programas da assistência, do sítio da UnB, de dados e sistemas existentes na UnB e do Formulário de Solicitação disponível para os discentes. A análise dos documentos foi realizada na UnB, a partir da verificação do banco de dados que vem sendo produzido pela DDS e outros arquivos pertinentes à Assistência Estudantil.

Além disso, foram analisados leis, decretos, instruções, atos, relatórios, formulários, editais, manuais, projetos, transcrição das respostas às questões aplicadas, artigos, periódicos e livros. O registro dos dados ocorreu por meio da seleção de informações relevantes, anotações, gravações em áudio, transcrição, levantamento, análise e interpretação das informações, dos dados e dos materiais.

Em acréscimo a essas fontes, os principais sistemas de banco de dados da UnB utilizados para gerar as informações a respeito dos estudantes, foram o Sistema de Graduação (SIGRA) – que identifica os cursos e a taxa de trancamento de matrículas dos estudantes – e o Sistema da Assistência Estudantil (SAEWeb) – que trata especificamente da Assistência Estudantil na UnB.

A análise desses documentos buscou revelar dados acerca do perfil dos estudantes vinculados aos programas existentes na DDS, principalmente sobre os estudantes residentes na CEU. As informações que se pretendeu conhecer com esta pesquisa, referem-se aquelas não contidas nos bancos de dados e nos estudos socioeconômicos realizados pela DDS, e que acabam sendo invisibilizadas diante da própria dinâmica de trabalho.

Considerando que este estudo se classifica como qualitativo em sua abordagem, buscou analisar os dados obtidos sob uma perspectiva dialógica, com o intuito de interpretar as relações entre a realidade acadêmica e os programas da assistência, bem como o atendimento prestado aos estudantes, entre outros elementos que se revelaram durante a pesquisa (WELLER; PFAFF, 2010). Conforme Creswell (2007), em pesquisas qualitativas, no que tange à análise dos dados, o pesquisador a deve fazer indutivamente, interpretando a partir das particularidades dos participantes.

Com vistas a estreitar o acesso às informações diretamente com os participantes da pesquisa, utilizou-se da Técnica de Grupo Nominal (TGN), que foi aplicada por meio da dinâmica de grupo para geração de consenso e verificação da percepção dos estudantes em relação à permanência na UnB.

Em sua origem, a TGN foi desenvolvida por André Delbecq e Andrew H. Van de Ven, nos Estados Unidos, na década de 60, e tem sido utilizada no sentido de gerar consenso para a tomada de decisão em equipe.

Para Santos (2005), a formulação das proposições por meio de uma dinâmica de grupo é o momento mais importante da TGN, pois é quando se evidenciam as representações coletivas que são debatidas, analisadas, validadas e corroboradas por todos os participantes. É o momento de produção do conhecimento estruturado e apreendido por meio de relações sociais. Tal conhecimento é condicionado e normatizado pelo grupo.

No que tange à análise de conteúdo, destaca-se que é uma metodologia para as ciências sociais que estuda o conteúdo em comunicação, analisando numericamente a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências. Trata-se de uma técnica ampla e que pode ser desenvolvida sob diferentes estratégias a depender do tipo de comunicação (oral, escrita, fotográfica, a partir de símbolos, etc.).

Conforme Gil (2008), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação cuja finalidade é desenvolver uma interpretação das comunicações através dos conteúdos. Para isso, se busca realizar uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo.

Gil (2008) e Richardson (2012), com base nas reflexões de Laurence Bardin (1977), apresentam contribuições a respeito de caminhos possíveis para realizar a análise de conteúdo que se desenvolve em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95).

A pré-análise é a fase de organização. Geralmente inicia-se com os primeiros contatos com os documentos (leitura flutuante). A seguir, procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. Refere-se fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria).

No decorrer desta pesquisa buscou-se seguir tais orientações, em especial, no momento de análise das informações sobre o perfil dos estudantes participantes do programa de moradia da CEU e das informações contidas nos formulários de solicitação disponíveis para os estudantes participantes dos programas da assistência. O desenvolvimento da pré-análise ocorreu por meio da organização dos dados coletados em planilhas do Excel a partir das quais foi possível fazer uma leitura prévia das informações coletadas.

Foram realizados também o levantamento, organização e análise das informações disponibilizadas pela DDS, que faz parte do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da

UnB, referentes ao perfil dos estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil. As informações foram analisadas e os dados gerados foram organizados por meio de tabelas do Excel, as quais trazem as especificidades do perfil levantado.

O tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivaram tornar os dados válidos e significativos. Para tanto foram utilizados procedimentos estatísticos que possibilitaram estabelecer quadros, tabelas, gráficos e figuras que sintetizaram e colocaram em relevo as informações obtidas. À medida que as informações obtidas foram confrontadas com informações já existentes, pôde-se chegar a amplas generalizações, o que tornou a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa (GIL, 2008; RICHARDSON, 2012).

A análise de conteúdo foi aplicada para a interpretação dos formulários de solicitação de prorrogação do tempo de permanência nos programas da assistência, quanto aos principais motivos elencados pelos discentes, que serão melhor discutidos no item 2.4.2 deste capítulo.

2.2. Lócus da Pesquisa e População Investigada

A Universidade de Brasília (UnB) é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), composta por quatro campi: Darcy Ribeiro (campus onde a pesquisa foi realizada), Faculdade UnB Ceilândia (FCE), Faculdade UnB Gama (FGA) e Faculdade UnB Planaltina (FUP). A oferta de cursos de graduação e pós-graduação é gratuita.

O setor, foco da análise foi a Diretoria de Desenvolvimento Social do Decanato de Assuntos Comunitários (DDS/DAC) da referida Universidade – responsável pela Assistência Estudantil na instituição.

A escolha do público ocorreu partindo-se da necessidade de melhor conhecer a condição dos estudantes residentes na Casa do Estudante Universitário (CEU), pois, constatou-se a ausência de informações sobre esse universo e por isso a importância de construir as referidas informações.

O processo de aproximação dos sujeitos ocorreu por meio do contato inicial com a direção da Casa e em seguida com as lideranças estudantis. No contato, houve receptividade dos sujeitos, desejo de falar e serem ouvidos e a participação de um grupo que se mostrou bastante interessado pela pesquisa, o que reforçou a importância da elaboração de um produto que, entre outros, contextualize e possibilite diagnosticar as demandas dos estudantes residentes na CEU.

Os sujeitos da presente pesquisa foram os estudantes de graduação que participam do Programa Moradia Estudantil, modalidade vaga na Casa do Estudante Universitário (CEU), executado pela DDS/DAC/UnB. Os quais, para acessarem os benefícios, passam por processo seletivo, realizado por edital específico, com estudo socioeconômico realizado pelo Serviço de Assistência Estudantil e de acordo com o Decreto nº 7234/2010, art. 5º, que determina:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

De acordo com o Relatório de Gestão da DDS (2018), o Programa de Moradia Estudantil da Graduação oferece vagas aos estudantes regulares de cursos presenciais da Universidade nas modalidades vaga em apartamentos na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB; concessão mensal de auxílio financeiro no valor de R\$ 530,00 (pecúnia); e auxílio transporte no valor de R\$ 300 para estudantes residentes nas cidades que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF).

Foi realizado ainda levantamento junto ao banco de dados da DDS na perspectiva de conhecer o universo de residentes da CEU, de mapear as variáveis: curso x sexo x forma de ingresso.

A escolha destes sujeitos, especificamente, se deu em função do processo organizativo já existente dos estudantes no âmbito da CEU, com potencial de favorecer uma representação, que por seu nível de articulação, fosse capaz de refletir sobre a realidade vivenciada tendo um lugar de fala e a visão geral acerca do programa e dos desafios da permanência na Universidade.

2.3. Produção e Análise dos Resultados

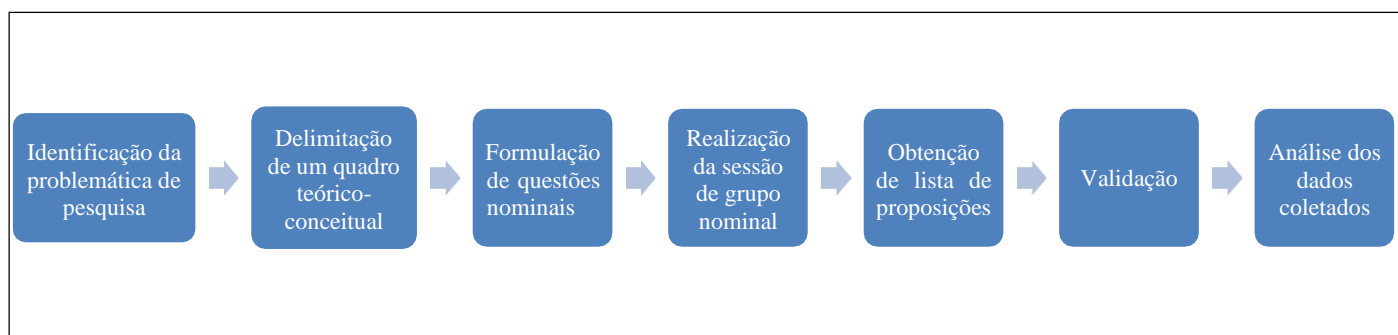
2.3.1. Técnica de Grupo Nominal

A construção metodológica da pesquisa fundamenta-se numa perspectiva científica que não tem o propósito de resolver problemas humanos e sociais, mas que se preocupa com as variáveis e suas relações, com isso pode-se afirmar que a construção de um conhecimento absoluto de determinado fenômeno encontra-se fora de nosso alcance (KERLINGER, 2013). A estratégia metodológica ajuda a conduzir a pesquisa ao alcance do resultado. No presente

trabalho baseou-se na Técnica de Grupo Nominal TGN, além de levantamento junto ao banco de dados da DDS, consultas a relatórios de gestão e pesquisa bibliográfica.

A TGN é uma técnica sensível às posturas individuais, mas utilizada para explicitar representações coletivas e percepções acerca de determinada realidade e ou situação. Em sua aplicação evidenciam-se sete etapas, a saber: (1) Identificação da problemática de pesquisa; (2) Delimitação de um quadro teórico-conceitual; (3) Formulação de questões nominais; (4) Realização da sessão de grupo nominal; (5) Obtenção de lista de proposições; (6) Validação das proposições e (7) Análise dos dados coletados.

Figura 1 - Etapas da TGN

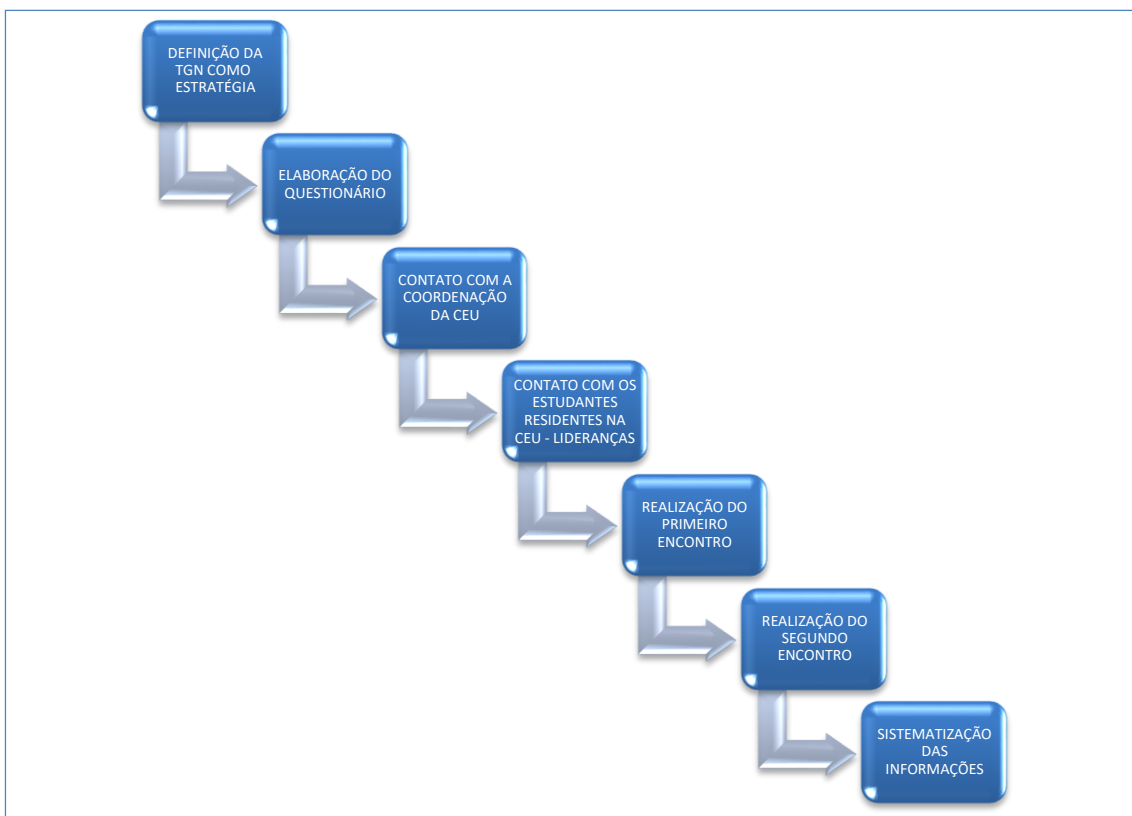


Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Optou-se pela TGN por esta anunciar a possibilidade de construção do consenso por meio de etapas que levam a percepção dos sujeitos.

Uma das questões centrais da presente pesquisa diz respeito à identificação dos fatores que interferem na permanência dos discentes participantes da Assistência Estudantil, como forma de identificar o cerne da problemática e propor alternativas. Neste sentido, a utilização da TGN foi estratégica, uma vez que favoreceu uma percepção das questões que envolvem a problemática e, ao mesmo tempo, possibilitou ao grupo a elaboração de propostas. A seguir temos o quadro demonstrativo do percurso na aplicação da TGN.

Figura 2 - Demonstrativo do percurso da TGN



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A proposta inicial foi realizar a dinâmica com uma amostragem de 10 estudantes residentes na CEU, selecionados considerando sua participação como liderança estudantil, o tempo de permanência no curso, a questão de gênero e pessoa com deficiência. O quantitativo de 10 sujeitos considera ainda o recomendado pela literatura “que aponta entre 05 e 12 pessoas como quantidade suficiente para obter um banco de proposições significativo e pertinente” (DELBECCO; VAN DE VEN, 1975 *apud* ROCHA, 2006, p. 72).

Vale destacar que no segundo semestre de dois mil e dezoito (2/2018) a DDS fez uma avaliação dos programas e elaborou seu planejamento para 2019 por meio de grupos de trabalho. Em conformidade com o Documento Síntese, fruto deste processo, que apresenta as deliberações/orientações a serem seguidas durante o período de (1/2019), analisou-se a proposta de plano de ação para Casa do Estudante Universitário, neste a DDS se desafiou a apresentar um plano de atuação integrado, com estratégias de atenção aos estudantes moradores da CEU, com definição de fluxo e da dinâmica de atendimento na Casa.

Com isso identificou-se que há poucos dados disponíveis sobre os moradores da CEU e que é urgente realizar a sistematização das informações existentes, produzindo um diagnóstico

capaz de revelar os desafios a serem enfrentados para se garantir permanência e diplomação dos estudantes da Casa.

Dos dados gerais disponíveis, sabe-se que a CEU tem 88 apartamentos, com 4 moradores em cada, sendo 02 apartamentos adaptados para 03 estudantes com deficiência e seus acompanhantes. São 358 vagas no total. Em 2018, 224 estudantes foram atendidos na Casa e 1449 estudantes estão no Programa de Moradia Estudantil em Pecúnia (outra modalidade do programa moradia na UnB, tendo em vista que só as vagas na Casa não dão conta da demanda).

Revelou-se ainda que não há sistematização de outras informações pertinentes, tal como, qual o gênero predominante dos moradores, faixa etária, qual o universo LGBT, cidade de origem, cursos predominantes, frequência de utilização dos demais espaços coletivos da CEU, a existência ou não de processos organizativos dos estudantes, dentre outras informações.

O cenário acima justifica a escolha dos estudantes residentes na CEU para realização da presente pesquisa. A intenção é poder contribuir com as ações a serem implementadas por meio de um diagnóstico e de um instrumento de monitoramento acadêmico.

Tendo em vista esse universo, o processo de coleta de dados e realização da TGN foi desafiador, uma vez que conciliar agendas e interesse comum num grupo que ainda se encontra disperso é tarefa difícil. Foi necessário adequar-se à realidade do grupo. Para tanto a dinâmica necessitou acontecer em dois momentos distintos devido ao tempo que os estudantes participantes dispunham no período de realização.

Tanto no primeiro, quanto no segundo momento de aplicação da TGN, utilizou-se dos mesmos procedimentos e tempo. Na dinâmica, os estudantes tiveram que responder a duas perguntas sobre permanência na UnB. Foi feito uso da técnica de votação e consenso, própria da TGN. Inicialmente foi realizada uma explicação sobre a pesquisa em termos gerais e depois sobre a TGN e a dinâmica. Em seguida, os estudantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice 1) e responderam ao questionário (apêndice 2) contendo algumas questões sobre informações de cunho pessoal e acadêmico, logo após, iniciou-se a dinâmica.

Quadro 1 - Procedimentos na aplicação da TGN

Procedimentos	Duração
1. Introdução e explicação: A pesquisadora recebeu os participantes e explicou para os mesmos a proposta do encontro.	5 - 10 min.
2. Geração silenciosa de ideias: A pesquisadora entregou a cada participante uma folha de papel com a pergunta a ser abordada, e solicitou que anotassem suas respectivas soluções sobre a questão. Durante esse período, foi solicitado aos participantes para não consultarem ou discutirem as suas ideias com os outros.	10 - 15 min.
3. Compartilhamento de ideias: A pesquisadora convidou os participantes a compartilharem suas respectivas ideias. Registrou cada ideia em um quadro usando palavras ditas pelo participante. Esse processo continuou até que todas as ideias foram apresentadas, além disso não houve debate sobre os itens nesta fase. Esse processo garantiu que todos tivessem uma oportunidade de fazer uma contribuição igual e fornecer um registro escrito das ideias.	15 - 30 min.
4. Grupo de discussão: Os participantes foram convidados a buscarem explicação verbal ou mais detalhes sobre qualquer uma das ideias que os colegas produziram e que poderiam não estar claras para eles. A tarefa da pesquisadora foi garantir que cada participante tivesse permissão para contribuir e que a discussão de todas as ideias fosse completa, sem gastar muito tempo em uma única ideia. Foi importante assegurar um processo tão neutro quanto possível, evitando julgamentos e críticas. O grupo pôde sugerir novos itens para discussão e combinaram itens em categorias, mas em contrapartida nenhuma ideia foi eliminada, apenas aprimorada por meio do consenso do grupo.	30 - 45 min.
5. Votação e Priorização: Essa etapa envolveu a priorização anônima das ideias/soluções em relação ao problema original em questão. Os participantes enumeraram, em grau de importância (1-5), cada ideia. A intenção do voto anônimo e quantificado foi impedir a pressão no ambiente.	5 - 10 min.
6. Discussão da votação: Foi discutido brevemente os resultados, aqui foi a última oportunidade para clarificar as sugestões expressas no quadro e para apresentar razões de concordância e de discordância, isto para garantir que a diferença de votações fosse resultado de várias opiniões e não de falta de esclarecimento dos itens em discussão.	10 - 15 min.
7. Última votação: Votou-se, de novo, de maneira idêntica à anterior. Obteve-se a lista final dos itens selecionados, devidamente classificados por ordem de prioridades e encerrou-se a sessão.	5 - 10 min.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Cada passo ou procedimento considerou o perfil do grupo e suas manifestações frente à dinâmica, por isso alguns destes passos foram sendo adaptados ao longo das discussões sem perder de vista o objetivo inicial e os limites dos possíveis “ajustes metodológicos” impostos pela técnica. Toda dinâmica foi gravada (áudios), com autorização dos estudantes, o que possibilitou melhor análise dos dados obtidos. Para assegurar o anonimato dos estudantes e o sigilo das informações, optou-se por identificar os participantes por números de 1 a 6. Após os

procedimentos de priorização e votação, as percepções de cada sujeito tornaram-se percepções coletivas, assim como as representações também foram ganhando o mesmo status (de percepções coletivas).

Destaca-se que o consenso só foi possível após muita discussão, pois houve algumas resistências e vários esclarecimentos, já que o importante era a ideia em debate, não seu autor.

Na tabela a seguir consta a composição do grupo nominal. Este contou com 06 sujeitos, isso porque 04 não compareceram aos encontros pois, apesar de manifestarem interesse na atividade, tiveram dificuldade de conciliar os horários. Os estudantes criaram um grupo no WhatsApp (aplicativo de mensagens) no intuito de buscarem o consenso acerca do dia e horário da dinâmica, o que pode-se dizer que já foi um momento importante no processo de construção de consenso, uma vez que cada um tinha uma opinião sobre o melhor momento para realização dos encontros e foram debatendo entre si, contando com a mediação da pesquisadora, até chegarem num acordo.

Quadro 2 - Composição do grupo nominal

SUJEITO CATEGORIA	SEXO	ESTADO DE ORIGEM	CURSO	FORMA DE INGRESSO NA unb	É PESSOA COM DEFICIÊNCIA	QUAL SEMESTRE ESTÁ CURSANDO	TURNO	PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA QUE PARTICIPA	SABE O LIMITE MÁXIMO DE PERMANÊNCIA SEMESTRAL DO CURSO
S 1	FEMININO	MARANHÃO	LETRAS - PORTUGUÊS	ENEM	NÃO	5	NOTURNO	MORADIA CEU, PASE, RU	SIM
S 2	MASCULINO	GOIÁS	QUÍMICA	VESTIBULAR	NÃO	3	NOTURNO	MORADIA CEU, RU	SIM
S 3	MASCULINO	MINAS GERAIS	TEORIA CRÍTICA E HISTÓRIA DA ARTE	SISU	NÃO	2	NOTURNO	MORADIA CEU, PASE, RU	NÃO
S 4	MASCULINO	DISTRITO FEDERAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	VESTIBULAR	NÃO	3	DIURNO	MORADIA CEU, PASE, RU	NÃO
S 5	MASCULINO	BAHIA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	SISU	NÃO	4	NOTURNO	MORADIA CEU, PASE, RU	SIM
S 6	MASCULINO	CEARÁ	CIÊNCIAS SOCIAIS	VESTIBULAR	SIM	7	DIURNO	MORADIA CEU, PASE, RU	SIM

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Do quadro acima foram extraídas e trabalhadas as informações mais relevantes para a pesquisa neste momento. No que tange aos sujeitos, chama atenção o fato de, dos 06 (seis) que participaram da dinâmica, apenas 01 (uma) ser do sexo feminino. Os dados da DDS mostram que a maioria dos estudantes residentes na CEU são do sexo masculino, conforme tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Estudantes Residentes na CEU por Sexo.

Sexo	Quantidade	%
Masculino	188	60,1%
Feminino	125	39,9%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados fornecidos pela DDS.

Outro dado que chama atenção diz respeito à participação das mulheres nos programas da assistência, o que representa 57,2% do total de 5.238 estudantes. Na CEU, por sua vez, a representação feminina é de apenas 39,9%, contra 60,1%, do sexo masculino.

De acordo com Silva e Prestes (2018, p. 191):

(...) percebemos que as mulheres continuam sub-representadas nas Ciências Exatas, Naturais, Tecnologia e Engenharias (33%) permanecendo nas áreas compreendidas como femininas – Ciências Humanas (57%) e Ciências Biológicas e da Saúde (63%). Os cursos nas áreas de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Serviços e Humanidades, considerados femininos, são os que mais atraem as mulheres. Seguindo esta tendência tradicional, os homens preferem cursos de Artes, Tecnologia e Ciências Exatas. Contudo, se considerarmos a pequena participação de mulheres nos cursos masculinos e de homens nos cursos femininos, podemos constatar que ainda estamos longe de alcançar a igualdade de gênero na academia.

Os dados da DDS (2018) mostram que o curso predominante nos programas da Assistência Estudantil da UnB é Letras e na CEU é Agronomia. Fato que reforça a afirmativa acima acerca da relação curso x gênero, uma vez que as mulheres são maioria nos programas da assistência onde predomina o curso de humanas e os homens, na CEU, onde predomina as ciências exatas. Para Venturini (2017, p. 3):

(...) as últimas décadas foram marcadas por um processo de democratização do ensino superior para ambos os sexos, especialmente para as mulheres, (...). No entanto, é importante ressaltar que a aparente igualdade ou superioridade numérica das mulheres nos cursos de graduação não representa uma real equidade entre os gêneros, visto que apesar da expansão feminina em diversas carreiras, há uma tendência de maior peso feminino nas carreiras de menor prestígio.

Um outro elemento importante é ainda a questão da concorrência. O atual formato do processo seletivo para as universidades estabelece uma nota de corte que agrega valor a determinados cursos pela regra da “oferta e demanda”, quanto mais procurado o curso, maior

sua nota de corte. Isso pode significar que o acesso a esses cursos está restrito aos que tiveram mais condições de se preparar para a “batalha” da seleção. Restando para os que ficam atrás os cursos menos demandados. Talvez isso explique a grande maioria dos estudantes da assistência encontrar-se matriculados em cursos de pouca procura. Há de se considerar também que a opção pode-se constituir na busca por uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, ou ainda por uma questão de vocação destes estudantes.

Na TGN, conforme apresentado no Quadro 2, 04 (quatro) dos estudantes participantes da dinâmica eram de ciências humanas, destes um era pessoa com deficiência e outro homem trans². Este dado ajuda a compreensão sobre outro elemento importante. Além da questão de gênero, questões como a marginalização social das pessoas com deficiência e LGBT entram no rol dos problemas daqueles que tem o acesso limitado ou dificultado no mundo acadêmico.

Para Zago (2006) “a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação”. Tal observação leva a reflexão sobre se de fato, podemos chamar de “escolha”. “Quem, de fato, escolhe? Sob esse termo genérico escondem-se diferenças e desigualdades sociais importantes” (ZAGO, 2006, p.231). Ainda de acordo com a referida autora:

O comércio dos cursinhos pré-vestibular, aliado a uma série de investimentos familiares, contribui para a elitização do ensino superior. Certos cursos têm seu público formado essencialmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situação inversa, sugerindo a intensificação da seletividade social na escolha das carreiras.

A reflexão revela a forte influência que a origem social exerce no acesso aos cursos tidos como de maior prestígio e a real condição imposta para a grande maioria dos estudantes oriundos das classes menos favorecidas que não existe uma verdadeira escolha, mas uma adaptação, às condições que o estudante julga condizente com sua realidade e que pode representar menor risco de evasão.

O importante é não se descartar nenhuma das possibilidades acima sem antes aproximar-se desse público e ouvir suas motivações, pois em todo caso, não teria havido um percurso mais longo de escolarização se não houvesse a mobilização do estudante.

Quanto à região de origem dos estudantes participantes da dinâmica, revela-se que dos 06 (seis) estudantes, 03 (três) são do Nordeste. Provenientes de outras cidades ou estados, muitos estudantes têm suas despesas acrescidas pelo fato de não morarem com a família. O

² Pessoa que foi atribuída como do gênero ou sexo feminino ao nascer e possui uma identidade de gênero masculina.

estudo de Garrido e Mercuri (2013) sugere investigação para se conhecer a realidade desses ambientes de moradias estudantis universitárias e os impactos produzidos sobre os estudantes. Tendo em vista que as moradias estudantis são de responsabilidade institucional, acredita-se que tais estudos possam subsidiar medidas que garantam condições mais adequadas de formação do universitário.

No entanto, a primeira observação que se faz é sobre a não existência de informações sistematizadas, referentes ao estado de origem dos moradores da CEU. Conhecer esse contexto é fundamental para poder proporcionar um ambiente mais acolhedor, conforme as diferenças regionais trazidas pelos moradores, já que “a vivência acadêmica envolve o conjunto de experiências que os estudantes do ensino superior têm durante os anos de formação em ambiente acadêmico institucional ou a ele vinculado” (GARRIDO; MERCURI, 2013, p.88).

Chamou a atenção também as informações sobre o turno de estudo dos discentes, 04 estudam no período noturno. É interessante obter o conhecimento sobre o turno de estudo predominante de todos os estudantes residentes da CEU para ajudar na elaboração da dinâmica de convivência da casa, pois os estudantes relataram alguns “incômodos” causados pela diferença entre os turnos de estudo. O estudante que estuda no período noturno, por exemplo, chega tarde da noite no apartamento que está dividindo com outro que estuda pela manhã e necessita de tranquilidade para dormir e acordar cedo no dia seguinte, porém, quem chega da aula tarde da noite necessita fazer suas necessidades antes de dormir, o que pode causar algum barulho e atrapalhar o sono do colega que já está dormindo.

Com essas observações percebe-se que os desafios para os estudantes e gestores da CEU são inúmeros e necessitam de gestão compartilhada como meio de ações capazes de promover melhores condições de permanência no ambiente acadêmico. Para tanto, gestores (equipe técnica e administrativa) e estudantes, precisam dialogar e criar estratégias que ajudem a melhorar o convívio na Casa. Espera-se que os apontamentos trazidos com esta pesquisa possam contribuir para tal feito.

O quadro 3 a seguir mostra a síntese das perguntas e respostas durante a dinâmica e evidencia a ordem de prioridade para cada questão.

Quadro 3 - Perguntas e respostas resultantes da aplicação da TGN

Questão 1: Na sua percepção, quais fatores contribuem para sua permanência na UnB?	Questão 2: Na sua opinião, quais fatores dificultam sua permanência na UnB?
1. Apoio sócio psicológico	1. Falta de gestão compartilhada e democrática do PNAES
2. Programas da Assistência Estudantil	2. Insuficiência no atendimento para apoio sócio psicológico
3. Currículo adequado	3. Exposição a situações de discriminação por questões de classe social, raça, orientação sexual, gênero, etc.
4. Gestão democrática	4. A contagem do tempo de permanência nos programas da assistência, quando da troca/mudança de curso
-	5. A falta de didática de alguns professores ao ministrarem as disciplinas dos cursos
-	6. Falta de incentivo aos processos de organização (associação) dos estudantes

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Tem-se como fatores que contribuem para a permanência dos estudantes: Apoio sócio psicológico; Programas da Assistência Estudantil; Currículo adequado e Gestão democrática. Como os fatores que dificultam a permanência dos estudantes: Falta de gestão compartilhada e democrática do PNAES; (o Decreto do PNAES prevê o orçamento participativo); Insuficiência no atendimento para apoio sócio psicológico; Exposição a situações de discriminação por questões de classe social, raça, orientação sexual, gênero, etc.; A contagem do tempo de permanência nos programas da assistência, quando da troca/mudança de curso; A falta de didática de alguns professores ao ministrarem as disciplinas dos cursos e Falta de incentivo aos processos de organização (associação) dos estudantes.

Nota-se que a percepção dos estudantes, mesmo quando questionados sobre o que contribui para garantir sua permanência na UnB, volta-se para a reflexão de um ideal de condições estruturais e objetivas. Acentuam apenas os programas da Assistência Estudantil como fundamentais para permanência, mas, por outro lado, falam de apoio sócio psicológico como serviço que não existe ou do qual não têm acesso, e questionam o currículo como nem sempre adequado, sem grandes aprofundamentos sobre as questões. Além de não (re) conhecerem os espaços democráticos existentes na Universidade. Pode-se inferir nesse contexto que a Universidade talvez não tenha alçado esse público com seus serviços especializados ou

ainda democratizado os espaços de participação. Investir em ações de comunicação interna e de articulação entre os vários setores pode ser o ponto de partida na superação de tal desafio.

No que diz respeito aos fatores que dificultam a permanência foram elencados pelos estudantes problemas existentes na UnB que precisam ser superados e com isso poderiam melhorar as condições de permanência. A percepção dos discentes quanto aos fatores que dificultam nos revelam desafios que as universidades precisam identificar e enfrentar para então, agir de forma propositiva e preventiva, com estratégias e ações.

No âmbito da gestão dos recursos e dos programas da Assistência Estudantil os estudantes afirmam que a falta de gestão compartilhada e democrática do PNAES é um grande problema à medida que inviabiliza um debate coletivo de prioridades. Destacam ainda, como fator 06 na linha de importância, a falta de incentivo aos processos de organização (associação) dos estudantes.

A UnB tem adotado, como estratégia de gestão orçamentária, o Grupo de Trabalho (GT) da Ação 4002³. Esse GT é composto por representantes dos Decanatos de Extensão, de Planejamento e Orçamento, de Graduação e de Assuntos Comunitários. O grupo tem o papel de garantir o ordenamento dos recursos do PNAES.

Por outro lado, existe no âmbito da UnB, a Resolução da Reitoria nº 0144/2012, que prevê, em seu Art. 3º, Parágrafo Único: A comissão de Acompanhamento de Orçamento Participativo dos recursos do programa Nacional de Assistência Estudantil será composta de maneira paritária por número igual de servidores (docentes e técnicos) e discentes, sob a presidência do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

Mesmo tendo tais canais de deliberação acerca dos recursos do PNAES, ainda não se avançou no que concerne à garantia da participação dos estudantes.

De acordo com Caldas e Picanço (2019, p.82), em seus estudos sobre os desafios da construção da gestão participativa na Universidade:

A história da construção democrática em nosso país se reflete nas práticas internas das mais diversas instituições e espaços sociais assim como se entrecruza com elementos próprios da cultura e do ethos específico de cada um destes espaços. No caso da Universidade, a luta pela democracia se associou às lutas sociais pela expansão da oferta, bem como às lutas internas das corporações pela ampliação de direitos. Tais movimentos, contudo, albergaram embates com a herança elitista e a força do pensamento meritocrático ainda fortemente presentes neste espaço.

³ A Ação 4002 é a ação orçamentária de assistência ao estudante de ensino superior no orçamento da União publicado pelo Ministério da Economia.

O processo de democratização da gestão no âmbito da Universidade é de fato algo que precisa ser construído e não vai ser “dado”. Como todo processo de luta por espaços de representação, necessita de mobilização e do desenvolvimento da consciência coletiva dos sujeitos de que participar é se co-responsabilizar com o processo. Os Centros Acadêmicos (CA’s), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), a Comissão Político Pedagógica-Administrativa da CEU – CPPA (composta por equipe de gestão da Casa e estudantes residentes), os Coletivos representativos da diversidade, entre outros, devem ser considerados e legitimados como espaços de participação e representação política dos estudantes.

Outro aspecto levantado pelos estudantes na TGN foi a insuficiência da Universidade no atendimento e apoio sócio psicológico que se soma ao terceiro aspecto que é a exposição a situações de discriminação por questões de classe social, raça, orientação sexual, gênero, etc.

Estudos tem apontado para a necessidade de se pensar o estudante, o sujeito social, como ser integral e integrado ao mundo:

Nessa perspectiva, questiona-se uma visão fragmentada e cartesiana de ser humano e de sua realidade, abre-se espaço para a intuição, a flexibilidade, a sensibilidade, a diversidade, o erro, o corpo e a imaginação na construção do conhecimento. A subjetividade torna-se tão importante quanto à objetividade e as relações concretas que as disciplinas estabelecem entre si ganham destaque. De forma complexa, o ser humano e a vida ultrapassam o limite de serem visto como objetos a serem estudados e sim como seres sagrados, interconectados e contextualizados (CÂMARA et al, 2016, p. 06)

Destaca-se ainda o desenvolvimento de ações transdisciplinares e de apoio psicossocial e pedagógico, por meio de vivências pedagógicas, projetos acadêmicos, acompanhamento psicopedagógico e grupos de apoio ao estudante, como estratégias importantes na garantia da permanência.

Para dar conta dessa dimensão da vida acadêmica a UnB instituiu, por meio de ato da Reitoria, a Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU). Unidade destinada à promoção da saúde da comunidade universitária, por meio da Promoção de Saúde e Qualidade de Vida, da Atenção Psicossocial e de Prevenção. A Diretoria tem como missão a coordenação de políticas e estratégias de atenção à saúde e à qualidade de vida da comunidade universitária.

A atuação da DASU se propõe a ser intersetorial, visando à elaboração conjunta de boas práticas, a construção de redes de cuidado e a implementação dos princípios de uma Universidade Promotora de Saúde (UPS). A CoEduca (Coordenação de Articulação da

Comunidade Educativa) é a coordenação responsável pelo processo de acompanhamento e orientação dos estudantes.

Percebe-se que a UnB criou uma estrutura para atender a dimensão sócio psicológica da comunidade acadêmica e que conta ainda com os serviços da Diretoria da Diversidade (DIV), da Coordenação de Apoio as Pessoas com Deficiência (PPNE) e da própria DDS que tem equipe técnica que também faz atendimento com foco nos estudantes vinculados aos programas da Assistência Estudantil.

Compreende-se que a falta de articulação e de uma atuação em rede distancia o estudante do acesso aos serviços e pode gerar uma subutilização da estrutura existente. A alternativa nesse sentido é a criação de um programa de monitoramento acadêmico capaz de “costurar” as pontas da rede e viabilizar o acesso aos serviços dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A contagem do tempo de permanência para os programas da Assistência Estudantil, também se apresentou como elemento que interfere na vida acadêmica dos estudantes e que, segundo eles, precisa ser amplamente debatido. Definir qual o tempo necessário para que o estudante permaneça recebendo os benefícios passa por uma análise das condições objetivas e subjetivas de vida dos estudantes e, sobretudo, por um debate do papel da universidade no processo de acompanhamento e suporte acadêmico durante a realização do curso.

A contagem do tempo de permanência atualmente se dá pela somatória do fluxo do curso acrescido de 02 (dois) semestres. Nessa regra se considera a necessidade de 02 semestres a mais em função das especificidades dos estudantes participantes dos programas. Cada grupo que compõe o universo acadêmico tem suas singularidades que não podem ser negligenciadas quando se discute tempo nos programas, tendo em vista que em muitos casos os benefícios da assistência estudantil são a única fonte que garante a permanência na universidade.

De acordo com o Decanato de Graduação (DEG), o tempo regular de curso consiste no tempo previsto para conclusão do curso conforme a sua grade curricular e seu fluxo. Encontra-se entre o tempo de permanência mínimo e o tempo de permanência máximo. Ou seja, trata-se do tempo que o estudante levaria para concluir o curso caso permaneça aderente ao fluxo ao longo de toda sua vivência acadêmica. Portanto, é a duração esperada do curso, a qual deve estar estabelecida no respectivo Projeto Pedagógico do Curso.

No âmbito do DAC, tem-se discutido sobre as especificidades dos estudantes indígenas e quilombolas. Considera-se que estes grupos se encontram em situação ainda mais complexa, uma vez que mudanças profundas são vivenciadas a partir da entrada na universidade. Os

grupos LGBT, negros e as mulheres vítimas de violência são também foco de debate permanente. Não se pode negar as múltiplas vulnerabilidades existentes quando se definem questões como permanência nos programas e os impactos disso na vida desses sujeitos.

Como último ponto levantado durante a dinâmica tem-se a questão da falta de didática de alguns professores ao ministrarem as disciplinas dos cursos. Estudos indicam que a mudança do perfil dos discentes no ensino superior tem gerado a necessidade de se problematizar a forma como as universidades, até então, desenvolviam suas estratégias de ensino e aprendizagem.

Destaca-se aqui o advento dos estudantes oriundos das camadas populares da sociedade, que chegam com muitas dificuldades por terem uma trajetória escolar, quase sempre, defasada. Somado a isso têm-se as questões de ordem socioeconômica. De acordo com Castro (2019):

Dentre os principais motivos que levaram/levam os estudantes a abandonar o curso foram: professores, a coordenação, o ensino e as aulas. Conclui-se que a trajetória acadêmica é definida sob ponto de vista social, os estudantes não escolhem o curso por vocação, mas sim por influências exógenas ou outras razões tal como atrás foram citadas nas relações pessoais e/ou profissionais (CASTRO et al, 2019, p.46).

O estudo de Castro revela ainda que as questões de ordem socioeconômica são “problemas à margem das instituições e que, portanto, independem das decisões dos gestores educacionais” (p.48). Por outro lado, o estudo afirma que “no Brasil, assim como em muitos outros países, o sistema de ensino coloca em vantagem os representantes de grupos mais elevados na sociedade” (CASTRO et al, 2019, p. 58). O que nos parece contraditório, pois ao passo que se reconhece o papel que a universidade tem nessa luta de forças interna e que favorece as vantagens a um grupo social reforça determinado processo de exclusão que implica na permanência.

No mesmo estudo destaca-se que as causas consideradas internas podem ser geridas/gerenciadas pelos gestores para se amenizar as causas da evasão e, com isso, garantir a permanência e diplomação. Para tanto sinaliza:

(...) a importância da Instituição em oferecer espaços para demonstração de sentimentos por parte dos estudantes, sejam eles angústias e medos acerca da profissão escolhida e fazer o papel de direcionamento do estudante na fase de incertezas e outro fator de grande relevância é a participação dos colegas de sala de aula como apoio ao estudante que deseja abandonar o curso (Castro et al, 2019, p.49).

A TGN evidenciou que existe uma grande dificuldade no âmbito da relação docente x discente. Castro et al (2019) evidencia isso por meio da análise dos fatores internos que geram evasão, dentre os quais destacam-se:

(...) hierarquia formal, a emissão e a recepção da informação, poderá causar constrangimentos a nível de relações interpessoais **professor x aluno**; a estruturação do modo como o curso está num nível de ensino desadequado (cognitivamente muito mais elevado) da passagem do ensino médio; aulas desmotivantes. Simples transmissão do saber; no ensino: apenas há preocupação com o ensino e não com a aprendizagem (p. 56).

Autores como Bourdieu e Libânio (2006) trazem à tona a reflexão da importância da dimensão subjetiva do estudante no processo de aprendizagem. A questão do capital cultural e a compreensão do papel do professor como mediador atento aos aspectos cognitivos e subjetivos dos alunos para desenvolver o aprendizado e torná-lo mais significativo são elementos indispensáveis no processo de ensino aprendizagem.

No âmbito da UnB, o Decanato de Ensino e Graduação (DEG), tem emvidado esforços no sentido de reformular os Projetos Pedagógicos dos Curso de Graduação (PPC), onde se definem as concepções pedagógicas e metodológicas, além das estratégias para o ensino, a aprendizagem e sua avaliação. Configura-se como reformulação do PPC toda alteração na estrutura curricular do curso que impacte no perfil do egresso, como, por exemplo: alterações na carga horária, a criação e extinção de disciplinas obrigatórias, a exigência de atividades complementares para a formação, etc. Estratégia que aliada à existência do fórum de coordenadores de curso, assume papel relevante ante a questões relacionadas à permanência e diplomação (UnB, 2018b).

2.4.2. Análise dos Formulários de Solicitação

No que se refere às demandas por extensão de prazo nos programas, a DDS utiliza um Formulário de Solicitação de prorrogação do prazo com a intenção de analisar pedidos e sistematizar as informações apresentadas pelos estudantes. O referido formulário é um instrumento por meio do qual o estudante solicitante apresenta os motivos pelos quais necessita estender ou compreender seu prazo de participação nos referidos programas. A partir daí é aberto um processo via Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que é encaminhado às pedagogas, às técnicas em assuntos educacionais e ou às assistentes sociais para se proceder à análise da situação acadêmica e de permanência do estudante solicitante com uma posterior

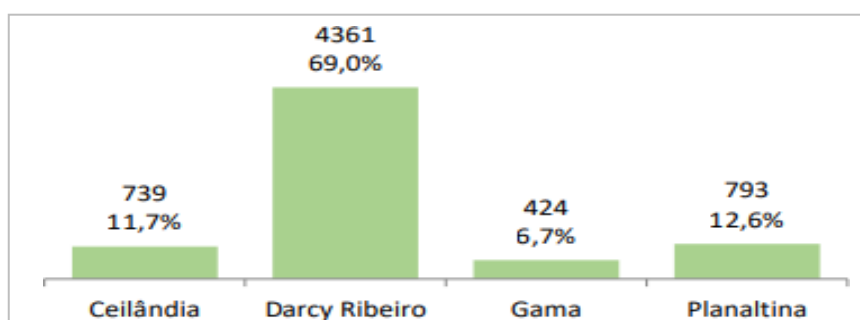
devolutiva para o mesmo. Para dimensionar os motivos mais recorrentes como justificativas para prorrogação de prazo utilizou-se como base de interpretação a análise de conteúdo.

Cabe justificar que, para os estudantes que já extrapolaram o tempo máximo permitido para participar dos programas, só é possível prorrogação de prazo (no âmbito da DDS) àqueles que se encaixavam nos casos de exceção, a saber: a) pessoas com deficiência comprovadas pelo PPNE; b) problemas graves de saúde passíveis de trancamento geral justificado; c) questões psicossociais graves, como violência doméstica, rompimento de vínculos, entre outros; e d) estudantes prováveis formandos.

Na análise das solicitações realizadas até então, é considerado como tempo regular o período previsto para conclusão do curso conforme seu fluxo. As informações sobre o fluxo que estabelece o tempo regular encontram-se na listagem de fluxo do Sistema de Graduação (SIGRA). Ao tempo regular estabelecido no fluxo é acrescido dois semestres para determinar o tempo máximo de permanência nos programas da Assistência Estudantil, com exceção do Programa Auxílio Alimentação, neste o estudante só é desligado quando ocorre seu desligamento da UnB, isto porque o programa, até então, não tem demanda reprimida.

Ressalta-se que o tempo de permanência nos programas da assistência se refere a todo o período de permanência do estudante na UnB, não considerando apenas o tempo como participante dos referidos programas. Aos estudantes em “dupla habilitação” ou “duplo curso” aplica-se a mesma regra de tempo de permanência. E para todos os casos, não é contabilizado o limite de até três Trancamentos-Gerais de Matrícula Justificados registrados no Histórico Escolar de Graduação, disponível no SIGRA ou em sistema equivalente da UnB.

Gráfico 1 - Quantitativo de estudantes por campi, vinculados aos programas da Assistência Estudantil



Fonte: DDS, 2018

No gráfico 1, consta o quantitativo de estudantes vinculados à Assistência Estudantil da UnB, por campus, sendo que o maior quantitativo de estudantes se encontra no campus Darcy Ribeiro. Ressalta-se que a informação foi retirada do Relatório de Gestão da DDS de

2017, último disponibilizado na página da Diretoria, que serviu para mostrar que no Darcy sempre esteve o maior quantitativo de estudantes vinculados à Assistência Estudantil, isto por ser o campus com a maior oferta de vagas e cursos.

As informações da tabela 4, a seguir, mostram que das 288 solicitações de prorrogação do tempo de permanência registradas no campus Darcy Ribeiro, em 2019, 108 eram de estudantes que já tinham ultrapassado o limite máximo de permanência nos programas. Tal informação revela a importância de se promover ações de caráter preventivo que auxiliem tanto os estudantes quanto a própria DDS a evitar que os casos de permanência cheguem a esse limite.

Tabela 4 - Número de solicitações segundo tempo máximo de permanência por campus da UnB - Valor absoluto e percentual – 2019

Campus	Quantidade de solicitações	Ultrapassaram o tempo máximo de permanência		Não ultrapassaram o tempo máximo de permanência	
		Nº	%	Nº	%
Darcy	288	108	37,5%	180	62,5%
Fce	29	3	1,0%	26	9,0%
Fga	18	18	6,3%	0	0,0%
Fup	17	13	4,5%	4	1,4%
Total	352	142	49,3%	210	72,9%

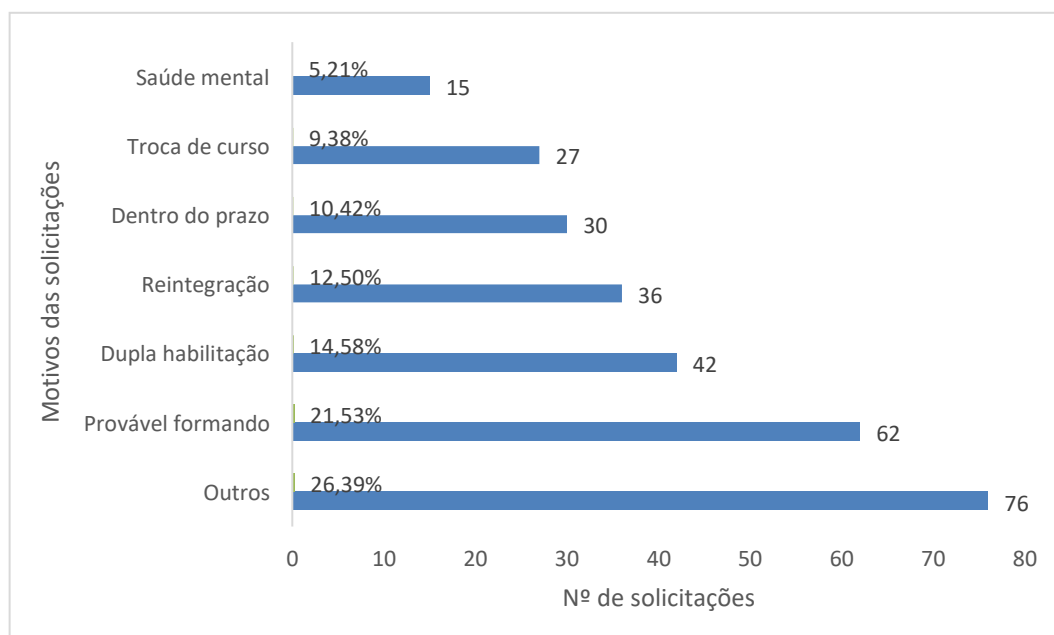
Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados fornecidos pela DDS.

Observa-se que, em 2019, foram totalizados 352 processos, com a predominância de solicitações no Darcy Ribeiro, números que se justificam pelo quantitativo de estudantes vinculados ao referido campi (69,0%), conforme demonstrado no gráfico 1.

Cabe destacar que a organização das informações que geraram os dados exige maior atenção no que diz respeito à caracterização dos motivos e uniformização dos dados em todos os campi, o que favorecerá futuras análises e orientará a tomada de decisão. A seguir, temos os principais motivos elencados nas referidas solicitações.

No gráfico 2, abaixo, constam as informações referentes aos principais motivos de solicitação de prorrogação de prazo nos programas da assistência do campus Darcy Ribeiro, uma vez que nos demais campi não foram registrados os motivos, o que inviabilizou uma análise geral. Do total de 288 solicitações realizadas no ano de 2019, (62) foram de prováveis formandos, seguidos por dupla habilitação (42); reintegração (36); estudantes que estavam dentro do prazo (30); mudança de curso (27); saúde mental (15) e outros (76).

Gráfico 2 - Solicitações de prorrogação do tempo de permanência nos Programas de Assistência Estudantil da UnB, segundo motivos, 2019



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados fornecidos pela DDS.

Como mostra o gráfico 2, em termos de proporção, o estudante provável formando aparece com 21,53% do total de solicitações, seguido de 14,58% dos estudantes em dupla habilitação, de 12,50% para os que solicitam reintegração aos programas e 9,38% para os estudantes que mudaram de curso. A questão dos problemas relacionados à saúde mental aparece com 5,21% das solicitações.

Neste gráfico, é possível observar que o maior número de solicitações foi registrada com o motivo “Outros”, alcançando 26,39% do total. Provavelmente não foi especificado pelo estudante ou não foi identificado pelo profissional que analisou a solicitação o real motivo que levou à demanda de prorrogação do prazo. Isso reforça a importância da padronização e melhoria dos registros das informações como estratégia indispensável para a produção de indicadores mais fidedignos. Adianta-se que a proposta de monitoramento acadêmico, apresentada nesta pesquisa, é também uma estratégia para tentar sanar a questão da padronização dos referidos dados.

Um dado que pode ser considerado positivo é referente ao motivo “Provável Formando” (21,53%), pois indica que o maior percentual dos estudantes que solicitaram prorrogação de permanência nos programas da assistência estavam prestes a se diplomar, fato que evidencia a importância dos referidos programas na vida acadêmica desses discentes.

Sobre a mudança/troca de curso, Silva e Polenz (2008) argumentam que no primeiro ano do curso o universitário faz os questionamentos sobre a opção escolhida e este momento

pode resultar na escolha de outro curso. Esta atitude pode demonstrar um momento de autoconhecimento e indagação das escolhas e perspectivas profissionais. É considerada, portanto, positiva e pode ajudar o estudante a desenvolver autonomia. Porém, a mudança de um curso representa evasão de outro curso e ainda no caso dos beneficiários da assistência, a decisão de mudança, quanto mais tardia, mais interfere no tempo de permanência nos programas, o que pode provocar o desligamento.

Vale destacar, no que tange às solicitações, um aumento significativo de pedidos, se comparados os dados de 2018 e 2019. Em 2018 foram 99 processos abertos no campus Darcy Ribeiro, enquanto em 2019 teve-se 288 processos no referido campus, um aumento de quase 200% na demanda.

Do total de 99 processos registrados em 2018, 63 tiveram a solicitação de prorrogação de tempo nos programas deferida, ao passo que 36 solicitações foram indeferidas. Dentre as 99 solicitações, houve 57 estudantes que já haviam extrapolado o tempo máximo de permanência nos programas. Ao analisar a solicitação desses estudantes (57) verificou-se que: (37) obtiveram a extensão de prazo deferida; (11) tiveram a solicitação de extensão indeferida; (5) foram desligados da Assistência Estudantil por ultrapassar o tempo máximo de permanência na UnB; e (4) estudantes se formaram.

Os dados de 2018 revelam ainda que o quantitativo referente a mudança de curso, teria sido maior se o estudante tivesse informado o real motivo da solicitação. Pois após verificação no Sistema de Graduação (SIGRA), foi constatado que 25 estudantes realizaram mudança de curso, sendo que apenas 8 elencaram nas solicitações ser esse o motivo para prorrogação do prazo. Os números apresentados indicam que os principais motivos para solicitação de extensão de prazo foram mudança de curso e a dupla habilitação.

Ante os atendimentos realizados (registrados ou não), no âmbito da DDS, foi observado que, o motivo principal para o estudante entrar em condição pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) da UnB, é não ter se matriculado e obtido rendimento no mínimo de créditos exigidos pelo curso, pois, ao descumprir essa condição, o estudante é automaticamente desligado da Universidade e, conseqüentemente, da Assistência Estudantil.

Nesse cenário, o Monitoramento Acadêmico precisar ser uma proposta de acolhimento e apoio ao estudante desde o seu ingresso na Universidade à conclusão do curso, reduzindo as taxas de retenção e evasão e contribuindo para o êxito em sua diplomação. Para tanto, o monitoramento deve ocorrer a partir das necessidades e dificuldades identificadas tanto pelos

profissionais que executam os programas quanto pelos próprios beneficiários da Assistência Estudantil.

CAPÍTULO 3

PRODUTO TÉCNICO: MONITORAMENTO ACADÊMICO – UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Pensar a permanência no ensino superior dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica é trazer à tona uma série de questões que se relacionam, diretamente, com a forma com que nossas políticas públicas são pensadas e executadas. Observa-se que, muitas vezes, ao serem estruturadas de cima para baixo, tais políticas se afastam do cerne das questões sociais e invisibilizam problemas que são raízes de uma série de agravos que atingem a sociedade.

A presença de discentes de baixa renda na universidade se coloca nesse contexto, uma vez que, a política, ao favorecer o acesso, precisa estabelecer mecanismos que garantam o alcance da diplomação sem que as ameaças da retenção e ou da evasão possam interromper o processo de formação desses sujeitos e afastá-los de um espaço conquistado, dando-lhes a responsabilidade isolada da culpa pelo fracasso.

Faz se necessário compreender que o início da vida acadêmica é também o assumir de novas demandas. Muitos desafios se apresentam no universo acadêmico. Desde sua chegada, o estudante se depara com um novo e complexo espaço em que lhe é exigida autonomia. Ao mesmo tempo, é exposto a uma gama de pré-conceitos devido ao que não traz em sua bagagem. Esses estudantes necessitam de condições objetivas para se manterem na universidade, tais como alimentação, moradia, transporte, material didático pedagógico, instrumentos para o desenvolvimento das disciplinas, entre outros.

Nesse cenário, garantir a permanência para estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica é desafiador para aqueles que fazem a gestão da educação pública superior no Brasil.

De acordo com Gomes (2009) a permanência bem sucedida vai além do suprimento de condições mínimas de sobrevivência, como alimentação e transporte. É preciso criar condições para o aprendizado de uma segunda língua, para a construção de instrumentais, para elaboração de planos de estudos, para a participação em projetos de pesquisa e extensão, ida a congressos e demais eventos acadêmicos. É preciso criar mecanismos que permitam aos estudantes pobres viverem a vida universitária.

Ao problematizar os motivos que levam os estudantes a solicitarem mais tempo nos programas da Assistência Estudantil e os fatores que interferem na permanência, pretende-se,

neste trabalho, identificar e avaliar a relação de tais motivos e fatores com fenômenos internos e externos ao ambiente acadêmico. Para tanto, evidencia-se o papel relevante dos referidos programas para garantir a permanência e diplomação de estudantes em situação de vulnerabilidade social e propor, como estratégia de intervenção, um programa de monitoramento acadêmico. O programa proposto visa antecipar-se às demandas crescentes de solicitação de tempo de permanência e de forma preventiva atuar nos casos que já enfrentam o problema da extrapolação de tempo.

É notória a necessidade de construir um aparato para o atendimento aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica presentes nas universidades públicas que possa atender às suas demandas, para além das necessidades materiais.

Nesse cenário evidencia-se o quanto ainda é necessário avançar na gestão dos programas da Assistência Estudantil para que esta possa assumir papel fundamental na garantia do direito à educação superior. O incentivo à estruturação de uma rede interna, dentre outros, apresenta-se como proposição no sentido de articular os atores que compõem a vida universitária.

3.1. Caminhos e Contexto do Produto Técnico

Às ciências sociais apresenta-se o desafio metodológico de vincular dialeticamente procedimentos capazes de compreender os fenômenos em investigação na sua articulação com as relações sociais, tanto com as que circunscrevem os fenômenos de maneira mais próxima, quanto com as capitalistas mais gerais (VIANA, 2015, p.05).

À pesquisa, como produto social, compete apresentar o cenário, despontar os desafios e sugerir alternativas frente à realidade revelada no processo. Foi com essa visão de pesquisa que se chegou a proposta de um produto técnico. A concepção de produto técnico passa pela descrição das ações envolvidas no problema pesquisado que se refere à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior.

O caminho que levou à construção do produto técnico passou por reflexões e avaliações iniciais no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) e culminou na constituição de um grupo de trabalho que envolveu representantes do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), da DDS e de estudantes participantes dos programas da Assistência Estudantil. Esse ocorreu de forma concomitante com a presente pesquisa.

Outro fator considerado na elaboração do produto técnico foi a crescente demanda das solicitações de análise sobre o tempo de permanência nos programas e os questionamentos dos

estudantes acerca das regras para contagem do referido tempo. Isso tudo culminou na realização da I Conferência sobre Assistência Estudantil da UnB, realizada em dezembro de 2019, que, dentre as propostas apresentadas nos grupos de discussão, destacam-se, no âmbito do acompanhamento/permanência, as elencadas no quadro 4.

Quadro 4 - Principais propostas da I Conferência sobre Assistência Estudantil da UnB em relação ao acompanhamento/permanência (Brasília – 2019)

Propostas no âmbito do acompanhamento/permanência
a) Criação e oferta de disciplinas de apoio aos estudantes com dificuldades acadêmicas
b) Retomada da função do professor orientador para acompanhamento dos estudantes - disciplina de orientação, contemplada na carga horária do docente
c) Aproximação com as coordenações de curso e articulação com o fórum de coordenadores
d) Coordenação acadêmica para estudantes indígenas, com retomada da tutoria específica para este grupo sob supervisão de um professor, e ampliação do número de cursos disponibilizados para estes
e) Pesquisa referente aos principais obstáculos para permanência
f) Ações de orientação profissional e sobre mudanças de curso
g) Flexibilização curricular no primeiro ano de curso - Regras de permanência na Assistência Estudantil com validade após o primeiro ano na Universidade
h) Ações de preparação para finalização da graduação
i) Participação mais efetiva do DEG no debate sobre permanência de estudantes da Assistência Estudantil
j) Desenvolvimento de projetos de extensão pelos técnicos da UnB, tirando sobrecarga dos professores
k) Constituição de comissão, formada por professores, técnicos e estudantes, para acompanhamento de discentes em risco de desligamento
l) Aprovação de resoluções dos programas de Assistência Estudantil e conferir à DDS autonomia para deferir exceções de ampliação do tempo de permanência e na matrícula no mínimo de créditos.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas informações da I Conferência de Assistência Estudantil da UnB.

Tais proposições estão sendo a base no processo de redefinição dos normativos da DDS, bem como subsidiaram a elaboração do presente produto técnico. O presente produto é também baseado nos resultados trazidos por esta pesquisa quanto ao perfil dos participantes dos programas da Assistência Estudantil na UnB, das percepções dos estudantes quanto aos fatores que interferem em sua permanência e dos principais motivos que resultam nas solicitações de prorrogação de prazo.

3.2. Produto Técnico: muito além de uma demanda acadêmica, uma necessidade para garantia da permanência e diplomação

O conhecimento emerge por meio da invenção e reinvenção, através de um questionamento inquieto, impaciente, continuado e esperançoso de homens no mundo, com o mundo e entre si. De acordo com Freire (1996), o conhecimento é um processo que transforma tanto aquilo que se conhece como também o conhecedor. O conhecimento é algo a ser construído na coletividade e o movimento ação – reflexão é tido como fundamental nessa construção. A pedagogia freiriana se caracteriza por ser dialógica e dialética, defendendo uma Pedagogia que liberte os marginalizados de sua condição de explorado e alienado, para que estes possam se comunicar, agir e pensar.

Assim, cabe compreender que o conhecimento é um dos principais instrumentos de trabalho em qualquer área de atuação, pois permite que o profissional tenha uma real dimensão das diversas possibilidades de intervenção/ação. Nesse caso, o trabalho da equipe de Pedagogia na DDS (composta por duas pedagogas lotadas no campus Darcy Ribeiro) se propõe a realizar atividades que contribuam para a melhoria das condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, participantes dos programas da Assistência Estudantil na UnB, o que exige uma competência técnico-operativa e cooperativa, em que o conjunto de habilidades técnicas e de conhecimento permita aos profissionais definir quais instrumentos e ações que atenderão às demandas de trabalho.

Para tanto, são necessárias a participação e a colaboração de todos os profissionais envolvidos no processo de atendimento ao público demandante dos programas da Assistência Estudantil para que seja assegurado a contribuição de cada área de formação existente: pedagogas, técnicas em assuntos educacionais, psicólogos, assistentes sociais e todos da equipe administrativa, na oferta de um atendimento multiprofissional e integral aos discentes.

Neste sentido, propõe-se desenvolver um programa de monitoramento acadêmico para o público da Assistência Estudantil, com intuito de possibilitar melhores condições de permanência e que favoreçam a diplomação, por meio da realização de ações de caráter preventivo da situação de evasão e/ou retenção, bem como focadas na atenção às situações já instaladas (tempo já extrapolado).

Nesta concepção de monitoramento acadêmico pretende-se extrapolar a análise restrita de revisão do tempo de permanência, da qual não se conseguiu avançar até então, para alcançar uma estratégia por meio da qual os discentes vinculados aos programas da Assistência

Estudantil, possam participar, informar-se, propor ações, prevenindo os casos que resultam em retenção e evasão do referido público da Universidade.

Há pelo menos seis anos, tem-se discutido e proposto ações, projetos, estratégias e atividades acerca do que tem sido chamado, atualmente, de Monitoramento Acadêmico na Diretoria de Desenvolvimento Social. A proposta de se promover tal monitoramento partiu, inicialmente, da equipe de pedagogas, sempre com a participação, direta ou indireta, dos demais profissionais das equipes técnica e administrativa e das coordenações e direção da DDS.

Compreende-se que não cabe apenas a referida diretoria, no âmbito da UnB, a responsabilidade isolada de propor e desenvolver ações que favoreçam condições de permanência mais justas para o público da assistência.

Tal proposta de monitoramento acadêmico vem acontecendo em um momento favorável de participação multiprofissional de toda equipe técnica, gestão da DDS, representação estudantil e de envolvimento de outras diretorias (via Conferência). As diferentes situações trazidas pelos estudantes diariamente demandam dos profissionais constantes reflexões acerca dos instrumentos e das normativas a serem utilizados. Trata-se de uma escolha que deve ser ponderada de modo que o indivíduo não seja penalizado quanto ao acesso dos seus direitos, quaisquer que sejam, muito menos culpabilizado, o que reforçaria a lógica da exclusão social.

O processo de acompanhamento acadêmico na DDS tem sido desenvolvido até então, baseado num instrumental elaborado em 2018 e seguido pela equipe até 2019. O referido instrumental se constitui uma proposta de apoio ao estudante desde o seu ingresso nos programas até a conclusão do curso, com objetivo de contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão e colaborar com êxito em sua diplomação. Para tanto, propunha-se que as ações deveriam ocorrer a partir das necessidades e dificuldades identificadas tanto pelos profissionais da DDS quanto pelos próprios estudantes.

No instrumental, constavam as regras sobre o tempo de permanência nos programas da Assistência Estudantil, as quais foram estabelecidas utilizando-se do tempo “regular” de cada curso, acrescido de dois semestres letivos. A decisão sobre o tempo regular consta na Ata da centésima septuagésima nona reunião da Câmara de Assuntos Comunitários (CAC), realizada em 26/06/2017. Nas análises de cada caso deveriam ser levadas em consideração as especificidades de cada discente, tais como: pessoas com deficiência comprovadas pelo PPNE; problemas graves de saúde passíveis de trancamento geral justificado; questões psicossociais graves, como violência doméstica, rompimento de vínculos, entre outros e estudantes prováveis formandos. Podendo o tempo de permanência nos programas ser estendido de acordo com a

situação analisada. Avalia-se que tais análises, pela dimensão subjetiva que predominava, geravam divergências ante a uma mesma situação.

A depender de cada caso, o profissional responsável pela análise poderia requerer um plano de estudos (anexo 1), a ser elaborado com a participação do discente e do coordenador do seu curso. Esse deveria conter todas as informações que contribuíssem para esclarecer a situação acadêmica do estudante. O profissional responsável pelo atendimento deveria elaborar um parecer técnico/relatório ou despacho contendo todas as informações necessárias sobre o processo e solicitar os encaminhamentos cabíveis.

O acompanhamento acadêmico deveria ser realizado conforme dois tipos de ações a serem desenvolvidas no âmbito da DDS:

- I) Análise preventiva – visava identificar, logo no início do curso, aqueles estudantes que, por algum motivo, não estavam conseguindo se manter no fluxo e/ou obter êxito nas disciplinas cursadas. Esse atendimento deveria ocorrer de forma preventiva a fim de que o estudante recebesse as orientações acerca de seu rendimento para que não chegasse ao final do curso com necessidade de prorrogação de prazo;
- II) Análise de extensão do prazo de permanência nos programas – neste caso, havia previsão de dois tipos de atendimentos: a) quando o próprio estudante solicita sua prorrogação na assistência e b) quando os profissionais da DDS identificam que o estudante estava próximo a extrapolar seu prazo (ou já haviam ultrapassado) e orientavam para que solicitasse prorrogação. Em ambos os casos o estudante interessado realizava solicitação via processo no SEI.

Durante o período de vigência do instrumental (2018-2019) a ação predominante foi a II (extensão de prazo), nesse caso o estudante já tinha ultrapassado, ou estava prestes a ultrapassar o limite máximo de permanência e solicitava extensão do prazo. Assim, o acompanhamento limitou-se a essa ação, sem conseguir desenvolver ações preventivas.

A síntese acima revela um modelo de atuação/ação que já não correspondia à realidade e necessidade dos estudantes e não estava pautada nos normativos vigentes.

A proposta do Programa de Monitoramento Acadêmico surge no bojo da necessidade de redefinição da estratégia até então adotada de Acompanhamento Acadêmico e de responder às demandas crescentes de atendimento aos estudantes.

Desse modo, o Programa de Monitoramento Acadêmico estruturar-se-á com base nos seguintes eixos:

1. Formação de Rede Interna
2. Estruturação de Dados e Fluxos de Informação
3. Atendimento aos Estudantes

3.2.1. Formação de Rede Interna de Monitoramento Acadêmico para articulação entre Coordenações de cursos, DEG e DASU.

Ao pensar a articulação de rede em torno das demandas da Assistência Estudantil na UnB acredita-se que é possível potencializar recursos e serviços tendo em vista a demanda específica do público da assistência. A proposta é articular as ações do DAC com o DEG e, por conseguinte, com as Coordenações de Curso. Entende-se que tais parcerias poderão contribuir com a resolução dos problemas relacionados ao ensino-aprendizagem dos estudantes, minimizando as dificuldades de cunho acadêmico. No âmbito do próprio DAC a aproximação com a DASU, PPNE e DIV são o suporte necessário e indispensável para tratar as questões das mais variadas dimensões que atingem os estudantes, como as apontadas pelos participantes desta pesquisa que mencionaram a necessidade de acesso a serviços que os auxiliem nas questões psicológicas, acadêmicas e de ordem social.

3.2.1.1. Etapas do processo de articulação da Rede:

A) Articulação com as Coordenações de Curso – tem como finalidade pensar formas de prevenção da retenção e evasão para os estudantes da Assistência Estudantil e contribuir para o desempenho acadêmico. Como estratégia para alcançar tal articulação serão realizados:

- i) Levantamento dos cursos com maior índice de solicitações de prorrogação de tempo de permanência, mudança de curso e dupla habilitação, que podem resultar em retenção e evasão para os estudantes da assistência;
- ii) Contato com as coordenações dos cursos via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e posterior realização de reuniões durante o semestre;

B) Articulação com o DEG - tendo em vista que o referido decanato possui como proposta a busca da otimização do tempo e da qualidade no atendimento das demandas apresentadas pela comunidade discente, considerando a diversidade do corpo estudantil, e a necessidade de acompanhamento e apoio aos estudantes, o programa de monitoramento se propõe:

- i) Discutir as ações desenvolvidas na DDS e no DEG na intenção de buscar pontos convergentes e viabilizar parcerias;
- ii) Contribuir para viabilização, junto aos projetos desenvolvidos pelo DEG, a prioridade às demandas dos estudantes da Assistência Estudantil (monitoria, tutoria, estágio, mobilidade).

C) Articulação com DASU, DIV e PPNE considerando que as referidas diretorias do DAC são (co) responsáveis por promover melhores condições de permanência aos estudantes em suas especificidades e que, faz-se necessário que o referido decanato atue, cada vez mais, de forma integrada para garantir o alcance do objetivo maior que é a diplomação dos estudantes. Nesse sentido, propomos, por meio do programa de monitoramento acadêmico:

- i) Construir um fluxo de atendimento integrado otimizando as funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão (SIG).
- ii) Realizar encontros sistemáticos para alinhamento do atendimento.

3.2.2. Estruturação de Dados e Fluxo de Informações

A produção de dados e a construção de indicadores são a base para a execução da política de Assistência Estudantil e para as ações de avaliação e planejamento. Para tanto, no programa de monitoramento acadêmico se prevê:

- A) Criação de sistema de monitoramento com hierarquias de acesso que permita geração de relatórios e disparo de alertas para estudantes, coordenações de cursos e DEG via CPD e criação de formulário online como instrumento de registro.
- B) Implementação da ferramenta (formulários online) para registro e controle das informações e geração de dados, já que esta pesquisa revelou inconsistência em algumas informações para elaboração e análise de dados e a necessidade de se pensar em mecanismos que atendam as demandas dos estudantes do próprio trabalho da DDS, visto que a Assistência Estudantil não é ofertada apenas em um campus da

UnB. O referido formulário possibilitará, não apenas a padronização dos dados e informações, mas também facilitará a geração de indicadores para a gestão e avaliação dos programas da assistência e o atendimento das demandas dos discentes. O modelo do formulário⁴ está no Apêndice 5.

3.2.3. Atendimento aos Estudantes

Considerando que o objetivo principal da DDS é promover Assistência Estudantil como direito de cidadania a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior com sucesso, investir na melhoria do atendimento aos estudantes é essencial para se promover a atenção integral com vistas a permanência e diplomação e promover a participação estudantil, possibilitando uma gestão compartilhada na qual haja a (co) responsabilização de todos os envolvidos nas tomadas de decisões. Neste sentido, propõe-se:

A) Acolhimento Acadêmico aos estudantes da Assistência Estudantil

De acordo com Coelho (2010), o acolhimento envolve toda a equipe, de maneira multiprofissional, promovendo assistência direta ao usuário do serviço, por meio de saberes e práticas complementares.

O acolhimento acadêmico consiste numa escuta qualificada aos estudantes participantes dos programas da Assistência Estudantil para que compreendam a dinâmica de gestão dos programas e dos processos de trabalho, favorecendo a participação do estudante nos processos de tomada de decisão bem como minimizando os problemas de comunicação da DDS com o seu público.

O referido acolhimento favorece ainda a avaliação do trabalho e dos processos desenvolvidos pela DDS oportunizando as mudanças necessárias. Busca-se favorecer ações que possibilitem ao estudante uma visão geral da Assistência Estudantil e de sua base normativa e oportunizar momentos de encontro e de envolvimento dos estudantes participantes dos programas nos debates sobre permanência e diplomação. Ações prioritárias:

- i) Produção de Material Informativo dos Programas da Assistência e dos serviços disponíveis na Universidade

⁴ O formulário é de acesso restrito à equipe da DDS para evitar alterações, por esse motivo não foi disponibilizado o link de acesso, mas uma cópia para consulta (Apêndice 5).

- ii) Realização de Encontros e Vivências com os estudantes ingressantes nos programas da Assistência Estudantil.

B) Atendimento Sociopsicopedagógico da DDS

Consiste na atenção multiprofissional dispensada aos estudantes vinculados aos programas da Assistência Estudantil que demandem atendimento ante a situações que envolvem questões: socioeconômicas, de saúde mental e acadêmicas. O atendimento Sociopsicopedagógico é uma escuta qualificada capaz de identificar as demandas e encaminhar as situações à rede de atenção, seja no âmbito da própria Universidade ou fora dela. Ações a serem desenvolvidas são:

- i) Identificação dos estudantes que apresentam as demandas relacionadas ao tempo de permanência nos programas;
- ii) Convocação dos estudantes para realização da escuta e orientações;
- iii) Encaminhamento dos estudantes à rede de atenção, conforme a demanda apresentada.

3.3. Ações por Eixo

Quadro 5 - Síntese dos Eixos/Ações

Eixos	Ação
1. Formação de rede interna de monitoramento para articulação entre coordenações de cursos, DEG e DASU-DAC.	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com as Coordenações de Curso, • Articulação com o DEG, • Articulação com DASU, DIV e PPNE
2. Estruturação de dados e fluxo de informações	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de sistema de monitoramento com hierarquias de acesso que permita geração de relatórios e disparo de alertas para estudantes, coordenações de cursos e DEG via CPD. • Implementação de instrumento de registro no Google Formulários.

3. Atendimento aos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhimento Acadêmico aos estudantes da Assistência Estudantil. <ul style="list-style-type: none"> ○ Produção e divulgação de material informativo ○ Realização de Encontros e vivências • Atendimento Sociopsicopedagógico da DDS <ul style="list-style-type: none"> ○ Identificação dos estudantes que apresentam as demandas relacionadas ao tempo de permanência nos programas; ○ Convocação dos estudantes para realização da escuta e orientações; ○ Encaminhamento dos estudantes a rede de atenção, conforme a demanda apresentada.
-------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora.

Após evidenciar os principais motivos que levam os estudantes a solicitarem prorrogação de prazo de participação nos programas e analisar a percepção dos mesmos quanto aos fatores que interferem na permanência, percebe-se que estudar essa população para entender as transformações nas demandas, assim como a mudança do perfil dos estudantes das instituições de ensino superior, representa uma necessidade para as pesquisas que tratam das políticas educacionais.

Sem a pretensão de apontar soluções prontas e acabadas para os problemas dimensionados, a contribuição desse estudo, com a proposição de um produto técnico, se traduz numa proposta de monitoramento acadêmico para o público específico da Assistência Estudantil de forma a contribuir com ações e estratégias que favoreçam melhores condições de permanência para este público. O objetivo é proporcionar uma vida acadêmica que atenda às necessidades dos discentes e possa promover sua diplomação dentro do tempo “regular” de cada curso.

Tem-se clareza que avançar em processos tão complexos e com causas muito além do que a Universidade pode dar conta de responder, aumenta o desafio de quem faz a gestão universitária e de quem, como nós, atua no cotidiano de estudantes que chegam à Universidade projetando nesta toda a expectativa de transformação de vida.

Envolver vários atores, projetar metas alcançáveis, ouvir os estudantes, traduzir suas percepções, investir na produção de conhecimento sobre as questões que emergem no bojo da Assistência Estudantil e, sobretudo, atuar de forma comprometida tendo por base um projeto

de educação inclusiva e transformadora da realidade, deve ser nossa missão na condição de servidores públicos na educação superior.

A intenção com essa reflexão sobre os desafios da permanência no ensino superior é favorecer interseções entre as diversas áreas existentes na Universidade e fazer valer a concepção de instituição acolhedora da diferença e integradora de saberes e práticas em prol das mudanças sociais.

Quadro 6 - Fluxo de Execução do Monitoramento Acadêmico 2020

Eixos	Ação
1. Formação de rede interna	1.1 Articulação com as coordenações de curso
	1.2 Articulação Com DEG
	1.3 Articulação com DASU, DIV e PPNE
2. Estruturação de dados fluxo de informações	2.1 Criação de sistema de monitoramento
	2.2 Implementação de instrumento de registro
3. Atendimento aos estudantes	3.1 Acolhimento acadêmico
	3.2 Atendimento sociopsicopedagógico da DDS

Fonte: elaborado pela autora (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os fatores que interferem na permanência dos estudantes participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB nos aproximamos de uma realidade que se revela imersa em uma gama de questões que envolvem dimensões objetivas e subjetivas destes sujeitos, a necessidade de revisitar as estratégias de gestão, ensino e aprendizagem no âmbito acadêmico e, por fim, elementos conjunturais da estrutura sócio-política brasileira.

A universidade pública tem se desafiado a olhar de frente os novos atores que passam a compor o cenário universitário – o jovem pobre, preto, da periferia do Brasil, de aldeias indígenas, mulheres com direitos violados, meninos e meninas vítimas de homofobia, transfobia e toda forma de discriminação. Estes ocupam a universidade, entrando pela porta da frente e resistem ante os desafios para permanecer, exigindo com isso posição e elaboração de mecanismos capazes de garantir-lhes o direito de permanecer e diplomar-se.

Diante das dificuldades impostas nos âmbitos externo e interno para se manter no universo acadêmico cremos ser possível desenvolver ações capazes de articular esforços que alcancem as demandas desses estudantes. Foi esta a motivação da presente pesquisa.

Para dar conta dos objetivos propostos inicialmente fez-se a opção por uma abordagem qualitativa, tendo como estratégia metodológica a aplicação da Técnica de Grupo Nominal – TGN, com isso conseguimos alcançar dimensões importantes para a compreensão do fenômeno pesquisado. A percepção dos estudantes foi valorizada e as ações propostas retratam uma vontade política da DDS em mudar para avançar na atenção aos estudantes atendidos por seus programas, fato percebido face ao contato permanente mantido com o lócus de pesquisa, onde conseguiu-se inferir os passos já dados no sentido de estruturar uma proposta de monitoramento acadêmico.

A opção por um referencial teórico baseado em autores que pautam a questão da educação de forma crítica e propositiva foi decisiva para a construção do caminho seguido e das propostas elaboradas. Cabe ainda destacar que:

Uma prática educativa, quando realizada numa perspectiva transformadora, pode abrir espaços necessários para que sejam refletidas as causas e efeitos de dinâmicas e fatos sociais e pode se constituir em espaço para que os sujeitos percebam que são agentes históricos em diferentes processos e contextos, portanto, capazes de constituir um fazer diferente e de tornar-se um ser crítico e propositivo (FONSECA, 2011, p. 36)

A reflexão acima nos conduz a pensar sobre a importância de uma prática educativa que transforme os sujeitos e os envolva em processos reflexivos. O que vale para discentes, docentes, técnicos e gestão. Como observou-se na presente pesquisa, o enfrentamento dos fatores que interferem na permanência passa por essa visão e prática articulada, ainda mais urgente, no cenário atual onde a democracia é ameaçada e a produção de conhecimento secundarizada.

Como são vários os motivos que interferem na permanência desses estudantes pode-se também concluir que não existe uma única explicação que possa justificar as condições de permanência, pois alguns fatores estão relacionados diretamente a instituição e outros externos à esta, que vão desde dificuldades socioeconômicas até questões de caráter subjetivo.

Um destes motivos relacionam-se a necessidade de participação dos estudantes. Cabe à Universidade rever processos e abrir o diálogo com os estudantes. Ao apontarem que não se sentem partes da gestão dos recursos do PNAES estão também apontando que querem participar, querem opinar e serem ouvidos.

De acordo com Libâneo (2006) a escola é um espaço complexo imerso numa cultura organizacional e seu funcionamento é fruto das relações estabelecidas entre os sujeitos que a ela pertencem. Tal funcionamento pode e deve ser modificado por estes sujeitos, que vão discutir, avaliar, planejar, rumo a um propósito que responda aos interesses da direção, da coordenação pedagógica, do corpo docente e discente. Esses fatores contribuem para a construção do projeto pedagógico. Com isso, fica claro que não se deve negar que a escola possui a sua cultura, mas ela é também um lugar de mediação entre as diferentes culturas.

Libâneo (2006) reitera ainda que há um conceito pré-estabelecido de que a educação escolar deve ajudar a formar sujeitos cultos e dignos. Ela é dita como a esperança da formação cultural, do progresso, da conquista, da dignidade, da emancipação de muitos sujeitos, que por vezes são os primeiros da família a chegar no “banco de escola”, e continua sendo vista como o caminho para igualdade e inclusão social, pois deveria propiciar aos alunos conhecimento, estratégias e procedimentos de pensar sobre valores e critérios de modos de decidir e agir. Como dizem Caldas e Picanço (2019, p.101) “é fundamental conhecer a realidade em que se atua e só se faz isto com a parceria de muitas mãos, vozes e olhares. Não há onisciência na gestão pública, muito menos onipotência”.

As contribuições de Carvalho (2014) ajudam na compreensão deste contexto à medida que evidenciam que:

(...) cresce a contradição de uma sociedade que, de um lado, exige dos jovens e adultos a capacidade de tomar sempre a melhor decisão e, de outro, se mostra cada vez menos capaz de proporcionar a eles uma educação que viabilize a construção de escolhas realistas e conscientes, na opção por uma profissão ou ocupação. Não se quer com isso afirmar que há apenas uma escolha ou a escolha certa, ao contrário, sabemos que toda escolha é socialmente produzida e, portanto, tem que estar referida às condições concretas (CARVALHO, 2014, p. 95).

Os apontamentos trazidos pelos autores acima possibilitaram o aprofundamento da discussão deste trabalho, evidenciando a importância de se conhecer o perfil do público que se pretende atender, suas demandas e percepções, os obstáculos postos pelo cotidiano de trabalho dos profissionais que acolhem o público da assistência, os fatores que interferem na permanência, para se propor intervenções significativas e que de fato possam contribuir para resolver ou, ao menos, amenizar os problemas identificados.

É importante destacar que entre os fatores que interferem na permanência dos estudantes, de acordo com suas percepções, não foi apontada a necessidade de extensão do prazo, mas a necessidade de ações que favoreçam as condições de permanência, tais como serviços e apoio aos discentes. Fato reforçado pela análise dos formulários de solicitação, que revelou um quantitativo de aproximadamente 5% (em 2019) de discentes que solicitaram prorrogação de tempo nos programas.

As constatações nos revelam que não é a extensão de tempo nos programas da Assistência Estudantil que resolverá os fatores que interferem na permanência dos discentes. Se o tempo que eles dispõem como beneficiários dos programas não vier acompanhado de estratégias, serviços de apoio e monitoramento, não será a prorrogação deste tempo que garantirá sua permanência e diplomação.

Ao retomarmos os objetivos propostos na pesquisa identificamos que foi possível analisar a questão da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, participantes dos programas de Assistência Estudantil da UnB e inferir que o fenômeno da permanência é multifacetado e apresenta-se como desafio à Universidade, provocando sua (re) organização.

No que tange aos objetivos específicos estabelecidos inicialmente, o levantamento do perfil dos estudantes foi realizado e apontou para a existência de múltiplas vulnerabilidades e para a exigência de se pensar a atuação da Assistência Estudantil de forma articulada com outras áreas no âmbito da Universidade.

Ao se propor identificar, na percepção dos estudantes, os fatores que favorecem e os que dificultam a permanência na UnB como um dos objetivos relevantes da pesquisa, constatou-se que, a garantia da participação dos estudantes nos processos de tomadas de decisão sobre a política da Assistência Estudantil é um fator importante para favorecer processos de pertencimentos.

No que tange a verificação dos principais motivos de extrapolação do tempo de permanência nos programas da Assistência Estudantil da UnB, evidenciou-se que a necessidade de mais tempo está em função da conclusão do curso ou de dupla habilitação, isto significa que o tempo definido como regra tem se aproximado da necessidade dos estudantes, que tem extrapolado de 01 a 02 semestres, tempo considerado razoável se analisarmos a condição de vulnerabilidade destes estudantes.

Ao considerarmos o perfil dos demandantes, que se apresenta em constante transformação, identificamos estudantes cada vez mais vulneráveis o que resulta em uma demanda reprimida cada vez maior no acesso aos programas da Assistência Estudantil. Os dados do processo seletivo da DDS em 2019 revelam que a maioria destes demandantes eram calouros, com idade entre 20-24 anos, com renda per capita proveniente de programas sociais e ou de natureza precária.

O aumento da procura pelos programas tem resultado em demanda reprimida elevada de estudantes com perfil para acesso e que ficam de fora, chegando a mais de 70% (em 2018) o percentual de estudantes que não conseguiram acessar os programas que envolvem bolsas em pecúnia ou vaga na CEU. O único programa que ainda não tem demanda reprimida é o bolsa alimentação (acesso gratuito ao restaurante universitário). No (2º/2017) o processo seletivo foi concluído com 908 inscritos, em comparação, no (2º/2018) o número de inscritos aumentou em 119%, ficando em 1996 inscrições. Já no (1º/2019) teve-se 2000 estudantes pleiteando acesso aos programas. A Assistência Estudantil na UnB conta atualmente com, aproximadamente, 7.000 mil estudantes vinculados aos diversos programas.

A cada semestre fica mais difícil garantir apoio financeiro e ou vaga na casa do estudante, o que reforça a proposta de investir em ações para além das bolsas.

A proposição de ações de monitoramento acadêmico que auxilie a DDS na execução da política de Assistência Estudantil na UnB, surge, como produto técnico desta pesquisa e se traduz na necessidade de acolher e apoiar os estudantes nas demandas referentes as variadas questões apresentadas no decorrer da pesquisa, que vão além de necessidades socioeconômicas.

Recomenda-se, para futuras investigações, estudos que favoreçam uma amostragem mais significativa dos estudantes vinculados aos programas da Assistência Estudantil na perspectiva de dimensionar se o consenso do grupo inicial (da Casa do Estudante) se aproxima do consenso que pode ser construído com estudantes vinculados a outros programas. Para tanto a aplicação do questionário e da dinâmica da TGN seria uma estratégia viável e poderia favorecer tal resultado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A Assistência ao estudante no contexto da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão**: avaliação do processo de implementação. São Luís, 2012, 294 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES; FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS - FONAPRACE. **Regimento Interno**. 2001. Andifes (Coord.) Disponível em: <http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/> Acesso em: dez. 2019.

_____. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 10 out. 2016. Disponível em: <<http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>>.

_____. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais - 2018**. Andifes. (Coord.). Uberlândia: UFU, maio de 2019. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>>. Acesso em: dez. 2019.

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. **Tendências da Política de Assistência ao Estudante no contexto da Reforma Universitária brasileira**. Jornada Internacional de Políticas Públicas: questão social e desenvolvimento no século XXI, 3, 2007, São Luís. Anais, São Luís: PGPP. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em 13/05/2018.

ARROYO, M. Currículo. **Território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitat%20e%20qualitat%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf>> Acesso em: dez. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.).

_____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Alges – Portugal: Difel, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. **Os excluídos do interior.** In: A miséria do mundo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Relatório Consolidado PNAES.** Brasília, DF, 2017.

_____. **Lei 12.711, de 29 agosto 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas Universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

_____. **Constituição Federal, de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.92, n. 232, p. 516-541, set/dez, 2011.

CALDAS, A. R.; PICANÇO, D. C. L. Os desafios da construção da gestão participativa na Universidade. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 81-102, mai. /jun. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/v35n75/1984-0411-er-35-75-0081.pdf>.

CÂMARA, C. M. F. et al. **Apoio ao estudante de ensino superior: uma perspectiva biocêntrica e transdisciplinar.** Eixo 6. Projetos e experiências transformadoras para uma cidadania planetária (educação, saúde, economia, cultura, gestão etc.) Anais da Conferência Internacional Saberes para uma Cidadania Planetária Fortaleza/Ceará/Brasil - 24 a 27 de maio de 2016.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S.; CARDOSO, C. B. S. Trabalhando o conceito de vulnerabilidade Social. In: **Encontro Nacional De Estudos Populacionais**, 19. São Paulo: ABEP, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf>. Acesso em: 06 maio. 2019.

CARVALHO, O. F. **Desafios atuais da escolha e decisão vocacional/profissional:** um olhar pedagógico sobre a questão. Trabalho & Educação (UFMG) , v. 23, p. 77-92, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e Mistos/ John W. Creswell;** tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. Ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

DELBECQ, A.L; VAN de VEN, A.H. **Group Techniques for Program planning.** A Guide to Nominal and Delphi Process. Boston: Scot, Foresman and company, 1975.

DIAS SOBRINHO, J. **Democratização, qualidade e crise da educação superior**: faces da exclusão e limites da inclusão. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.223-1.245, out. /dez. 2010.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Simone Farias. **Formação Sócio Política da Universidade Popular (UNIPOP):** Fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Belém: 2011, 126p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA FILICE, Renísia C. **Tecendo redes antirracistas**. 2017. I Congresso Internacional em Direitos Humanos e Cidadania. Mesa IV Gênero e Raça e as Lutas Decoloniais dos Direitos Humanos e seus Desafios no Brasil e na América Latina. 2017

GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva **A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a09v17n1.pdf> Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Para além de bolsas acadêmicas: ações afirmativas e o desafio da permanência dos (as) jovens negros(as) na Universidade pública**. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais, o contexto Pós – DURBAN**. São Carlos: UdUFSCar, 2009.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. In: Revista Estudos de Psicologia 2002, 7(2), 299-309.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2019). **Síntese de Indicadores Sociais 2019**. Disponível em: <https://goo.gl/Njqjg8>. Acesso em: 14/02/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. In: Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica n. 27. Rio de Janeiro: IBGE; 2019 [acesso em 14 dez. 2019]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2019/SIS_2019.pdf jul./sep.1993.

IMPERATORI, Thais. K. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/01TqRV>. Acesso em: 14/12/2019

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo; EDUSP, 1980.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um tratamento conceitual**. São Paulo Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 2003 346 p.

KIPNIS B. **Elementos do Processo de Pesquisa**. Brasília, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Ed. Cortez Impresso no Brasil – São Paulo – SP outubro de 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: dez. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 8. ed. – [3. Reimp.]. - São Paulo: Atlas, 2019.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. **Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: Similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa**. In: Educação & Formação, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20-31, set./dez. 2016 DOI: <http://dx.doi.org/10.25053/edufor.v1i3.1893> <http://seer.uece.br/redufor> ISSN: 2448-3583

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262,

MULLER, Pierre e SUREL, Yves; A. **Análise das Políticas Públicas**. [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. – Pelotas: Educat, 2002.

MWAYILA, Tshiyembe. **O Estado Pós – Colonial**. Factor de Insegurança em África. Edição: Pedago, maio de 2014.

NEVES, J. L. **Pesquisa Qualitativa- Características, Usos e Possibilidades**. In: Cadernos de Pesquisas em Administração, São Paulo V.1 n° 3, 2° sem/1996.

PORTES, Écio Antonio, SOUSA, Letícia: **O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público, 2012**. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2015/03/Apresentacao_Ecio_Portes.pdf Acesso em: 16 de abr. 2019.

_____. **As propostas de políticas/ações afirmativas das Universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.92, n. 232, p. 516-541, set/dez, 2011.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. (Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur_sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 20/05/18.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, A. M. G. **Escola e Trabalho**: Análise da percepção dos professores sobre as implicações das mudanças do mundo do trabalho na prática docente. Brasília: UnB, 2006.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SANTOS, G. L. **Ciências, tecnologia e formação de professores para o ensino fundamental**. Brasília: UnB, 2005

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas Públicas Coletânea. Volume 1. Brasília: Enap, 2007. Disponível:

http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23. Acesso: 18/08/2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, L. D. da; POLENZ, T. **Orientação educacional e profissional na realidade cotidiana da Universidade**. In: KULLMANN, G. G. et al. (Org.). Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1. p. 175-191.

SILVA, S. K.; PRESTES, E. M. DA T. **Igualdade de gênero no ensino superior: avanços e desafios**. In: Revista Temas em Educação, v. 27, n. 2, p. 191-209, 14 dez. 2018.

SOUSA SANTOS, B. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: SANTOS, B. S. S. (Org.) Conhecimento prudente para uma vida decente. Um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Sandra Elisa Réquia et al. **Promoção de orientação e acolhimento discente**. In: KULLMANN, Geila Gonçalves et al. (Org.). Apoio estudantil: reflexões sobre o ingresso e permanência no ensino superior. Santa Maria: UFSM, 2008, v. 1. p. 121 - 127.

Tradução de Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Pierre

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB. **Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS)**. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://www.dds.dac.unb.br/> . Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. UnB. **Decanato de Graduação (DEG)**. Brasília, 2018b. Disponível em: http://www.deg.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=658>. Acesso em: 06 jun. 2018.

_____. UnB. **Relatório de Gestão Diretoria de Desenvolvimento Social 2016 e 2017**. Brasília, Junho de 2018.

_____. UnB. **Resolução da Reitoria N° 0144 de 2012**. Institui, no âmbito da Universidade de Brasília, o Orçamento Participativo referente aos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (OP-PNAES). Brasília, 2012.

_____. **Relatório de Gestão da Diretoria de Desenvolvimento Social**. Brasília, DF, 2017.

VENTURINI, ANNA CAROLINA. **A presença das mulheres nas Universidades brasileiras: um panorama de desigualdade**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

VIANA, Nildo. **A pesquisa em representações cotidianas**. Editora: Chiado editora Lançado em: Jul. 27, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WELLER, W. Pfaff, N. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2001.

ZAGO, N. **Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. In: Revista Brasileira de Educação, V. 11 n° 32, maio/ago. 2006.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) estudante, você participará da pesquisa de mestrado denominada “A permanência dos estudantes participantes da política de Assistência Estudantil na Universidade de Brasília - UnB: realidade e perspectivas”, orientada pela prof.^a. Dr^a Olgamir Francisco de Carvalho, da Universidade de Brasília, tendo como pesquisadora responsável a mestranda Flávia Alves da Silva.

Trata-se de um projeto que tem como objetivo geral “Analisar a percepção dos estudantes, participantes do Programa de Moradia Estudantil (modalidade vaga na CEU) sobre os fatores que interferem em sua permanência na Universidade”. No levantamento de dados, é fundamental a participação dos sujeitos sociais que residem na Casa do Estudante Universitário – CEU, de forma a verificar suas vivências e percepções do seu local de fala. Desta forma o estudante atesta que recebeu todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, lhe sendo assegurado que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo (a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, dinâmica da Técnica de Grupo Nominal (TGN), gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de gravações de áudio, fotografias, filmagens e registros em papel da dinâmica e questionário. O participante está ciente que o objetivo desta pesquisa é auxiliar na análise do contexto das condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade e direcionar o papel do monitoramento acadêmico.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Toda a dinâmica da TGN será gravada em áudio. Os arquivos serão ouvidos pela pesquisadora e serão marcados com um número de identificação durante a gravação e **seu nome não será utilizado**. Os arquivos com as gravações devidamente identificados permanecerão em posse da pesquisadora. **Todas as gravações serão utilizadas somente para coleta e análise de dados.**

Solicitamos que **marque abaixo a sua autorização** para a gravação do áudio e registro em fotos:

Aceito participar da pesquisa e autorizo a gravação do áudio e registro em fotos.

Aceito participar da pesquisa, mas não autorizo a gravação do áudio e registro em fotos.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 992240158 ou pelo e-mail flaviaalves@unb.br. Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da disponibilização da Dissertação, via biblioteca da UnB e ainda, a quem possa interessar, via e-mail.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o (a) estudante participante.

Assinaturas: do (a) participante e da pesquisadora

Local, _____ de _____ de 2019.

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Prezado (a) estudante, o objetivo dessa pesquisa é analisar a sua percepção sobre os fatores que contribuem (para) e os que interferem (em) sua permanência na Universidade e como as ações de monitoramento acadêmico poderiam contribuir para sua permanência, em condições mais igualitárias na UnB. Reforço que a sua opinião é de grande importância para esta pesquisa.

DADOS PESSOAIS E ACADÊMICOS

NOME:	
SEXO: FEMININO () MASCULINO () NÃO GOSTARIA DE RESPONDER ()	
IDADE:	
ESTADO DE ORIGEM:	
MATRICULA:	CURSO:
QUAL SEMESTRE/ANO VOCÊ ESTÁ CURSANDO:	
QUAL O TURNO DO SEU CURSO: DIURNO () NOTURNO ()	
FORMA DE INGRESSO NA UNB:	
É PESSOA COM DEFICIÊNCIA: SIM () NÃO ()	
PARTICIPA DE OUTROS PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, ALÉM DA MORADIA: SIM () NÃO ()	
SE SIM, QUAL?	
JÁ REALIZOU ALGUMA MUDANÇA DE CURSO: SIM () NÃO ()	
SE SIM, EM QUAL SEMESTRE?	
SEU CURSO POSSUI DUPLA HABILITAÇÃO: SIM () NÃO ()	
VOCÊ SABE QUAL O LIMITE MÍNIMO E MÁXIMO DE PERMANÊNCIA SEMESTRAL DO SEU CURSO: SIM () NÃO ()	
VOCÊ SABE QUAL O QUANTITATIVO DE CRÉDITOS MÍNIMO E MÁXIMO POR PERÍODO DO SEU CURSO: SIM () NÃO ()	

APÊNDICE 3
QUESTÕES APLICADAS POR MEIO DA TGN

QUESTÃO 1: Na sua percepção, quais fatores contribuem para sua permanência na UnB?

QUESTÃO 2: Na sua opinião, quais fatores dificultam sua permanência na UnB?

APÊNDICE 4**TGN – PESQUISA SOBRE PERMANÊNCIA NA UnB****AÇÃO 1****TGN – PESQUISA SOBRE PERMANÊNCIA NA UnB****AÇÃO 2**

APÊNDICE 5
FORMULÁRIO DE MONITORAMENTO ACADÊMICO

Monitoramento Acadêmico - DDS/UnB

Questionário para registro dos processos de monitoramento acadêmico

*Obrigatório

DADOS DA SOLICITAÇÃO

1. Número do Processo SEI *

2. Profissional Responsável *

3. Solicitação do Estudante *

Marque todas que se aplicam.

- Prorrogação de prazo
- Justificativa por não estar matriculado no mínimo de créditos no semestre
- Reintegração aos Programas
- Orientações/Dúvidas/Esclarecimentos

4. Motivo da solicitação de prorrogação de prazo

Marcar apenas uma oval.

- Mudança de curso
- Questão de saúde
- Provável formando
- Dupla habilitação
- Outros

5. Justificativa para não estar matriculad@ no mínimo de créditos no semestre

6. Motivo da solicitação de reintegração

- Desligamento da Universidade
- Avaliação socioeconômica vencida
- Ultrapassou o tempo máximo de permanência nos programas
- Não está matriculado no mínimo de créditos
- Outros

7. Tipo de Orientação/Dúvida/Esclarecimento

Explicar o atendimento realizado ao estudante

DADOS DO ESTUDANTE**8. Nome ***

9. Matrícula *

10. Curso *

11. Campus *

Marcar apenas uma oval.

- Darcy Ribeiro
- FCE
- FGA
- FUP

12. Mudança de curso *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. Ultrapassou o tempo regular + 2 semestres

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. Possui Trancamento Geral de Matrícula?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. Possui Trancamento Geral de Matrícula Justificado?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. Quais programas participa?

Marque todas que se aplicam.

- Bolsa Alimentação
- Auxílio Socioeconômico
- Bolsa Permanência MEC
- Moradia (CEU)
- Moradia (Pecúnia)
- Auxílio
- Transporte
- Auxílio Creche

OBSERVAÇÕES / ENCAMINHAMENTOS

17. Espaço para informações adicionais acerca do estudante, da sua situação acadêmica e socioeconômica, prazo de validade de seu estudo e outras que julgarem necessárias.

ANEXO 1**PLANO DE ESTUDOS PARA PERMANÊNCIA/PRORROGAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL****Universidade de Brasília**

Decanato de Assuntos Comunitários - DAC

Diretoria de Desenvolvimento Social DDS

Serviço de Programas de Desenvolvimento Social SPS

PLANO DE ESTUDOS PARA PERMANÊNCIA/PRORROGAÇÃO NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Estudante:	
Matrícula:	Curso:
Coordenador do curso ou Professor responsável pelo acompanhamento acadêmico:	

Justificativa:

Quantidade de semestres necessários à integralização do curso:

Plano de estudos semestral (colocar todas as disciplinas necessárias para concluir o curso divididas por semestre):

Obs: Ao assinar este documento, o estudante está ciente de que, caso o plano venha a ser aprovado pela DAC/DDS, este deverá ser rigorosamente cumprido, e em caso de qualquer eventualidade que impeça o cumprimento do plano, deverá imediatamente comunicar ao coordenador do curso ou professor responsável e à DAC/DDS sobre a necessidade de reavaliação para que esta possibilidade venha a ser examinada. O não cumprimento do plano de estudos apresentado implicará no desligamento nos programas.

Ao coordenador do curso/professor responsável, a DDS solicita que acompanhe o desempenho acadêmico do estudante, comunicando, através do e-mail: dds@unb.br, eventuais dificuldades.

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) Professor(a)

Assinatura do(a) estudante

ANEXO 2**DECRETO Nº 7.234 DE 19 DE JULHO DE 2010****Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**DECRETO Nº 7.234. DE 19 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de Assistência Estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de Assistência Estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de Assistência Estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010

